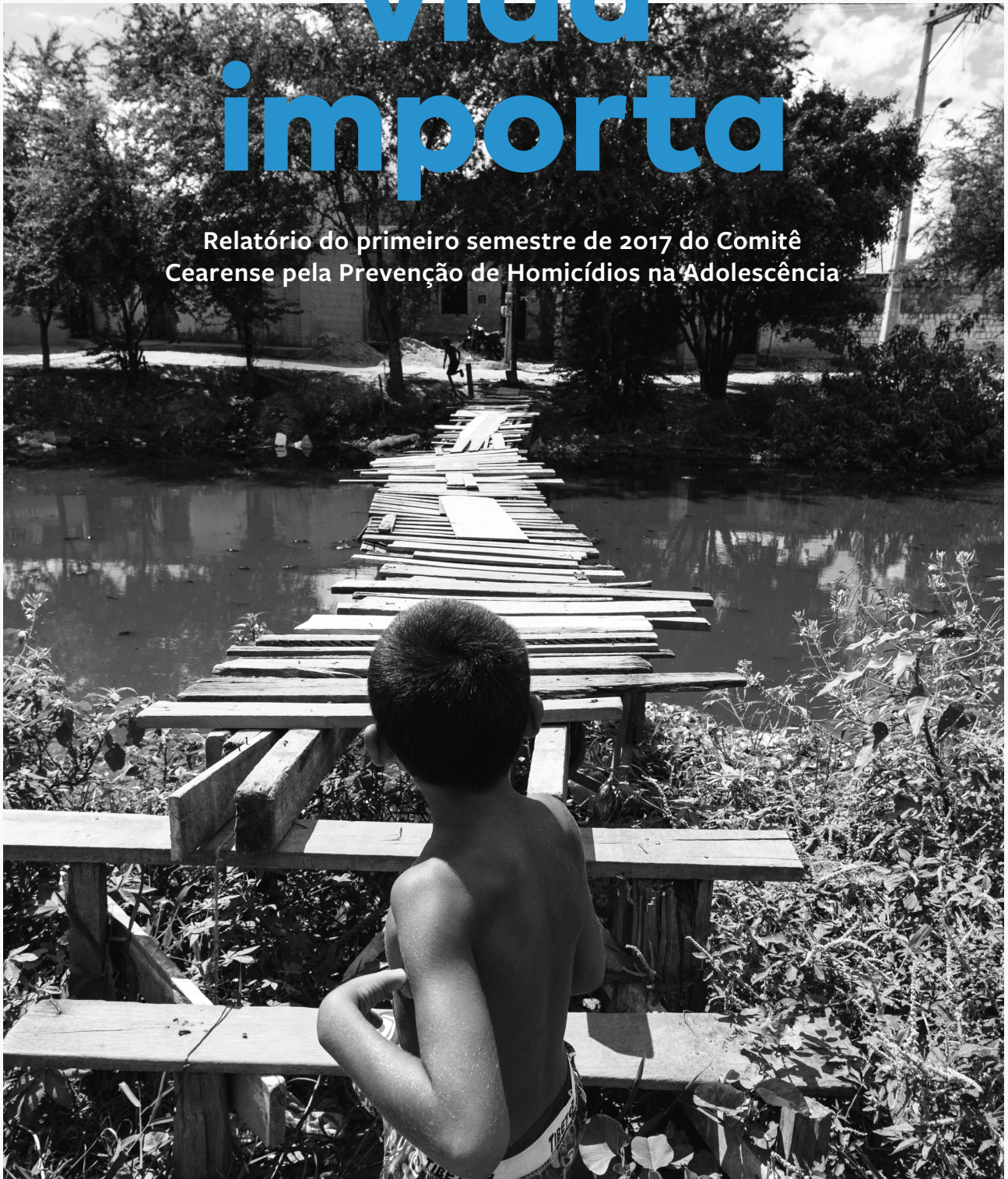


cada vida importa

Relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência



realização:



apoio:



2017.1

cada vida importa

Relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

realização:



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará



apoio:





Um trabalho em defesa dos jovens cearenses

Deputado Zezinho Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

TENHO A SATISFAÇÃO de apresentar aos leitores um balanço das ações realizadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), da Assembleia Legislativa do Ceará. Para viabilizar este documento, foi assinado o ato deliberativo pela mesa diretora da Casa que assegura a continuidade dos trabalhos da equipe.

O CCPHA teve como um dos resultados o lançamento dos relatórios Cada Vida Importa e Trajetórias Interrompidas, lançados na Casa Legislativa, com a apresentação à sociedade de 12 recomendações para reduzir o número de homicídios na adolescência no Ceará.

Ao longo deste ano, o Comitê reuniu prefeitos para apresentar o conjunto de recomendações aos 184 municípios cearenses. Outro importante momento foi o reconhecimento do prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, pelo trabalho desenvolvido, com o compromisso de que seja criado o comitê municipal.

Podemos citar também como fruto do CCPHA o lançamento, pela Defensoria Pública do Estado, da Rede Acolhe, programa de acompanhamento às famílias de vítimas de violência letal.

A Casa desenvolve, desde 2014, a campanha Ceará sem Drogas, que visa conscientizar nossa juventude sobre as más consequências da dependência química. Sabemos que existe uma forte relação entre a violência e o uso de entorpecentes. A campanha tem estimulado a criação de conselhos municipais voltados a este assunto. Temos recebido uma grande demanda de prefeitos interessados em levar a campanha aos seus municípios. A cada evento realizado, percebemos um maior envolvimento dos jovens pelo tema.

É justo registrar aqui a existência de um grande investimento do Governo do Estado, nas pessoas do governador Camilo Santana e da vice-governadora Izolda Cely, na área da educação, sendo esta, a meu ver, a mais forte medida preventiva. A cultura e o esporte também contribuem para afastar a juventude da criminalidade.

Parabenizo o trabalho do relator do Comitê, deputado Renato Roseno, e reconheço o excelente envolvimento de todos que fazem o CCPHA. Este é um legado que ficará para os cearenses.

Matança de adolescentes é tragédia social e deve ser desnaturalizada

Deputado Renato Roseno

Relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

“**EM 15 DIAS**, perdi cinco amigos”. A primeira frase deste texto é de um adolescente do Grande Bom Jardim, Fortaleza, em um encontro entre a representante do UNICEF no Brasil, Florence Bauer, e coletivos de juventude. Nessa trajetória do Comitê, ouvimos relatos todos os dias. A eles se juntam as estatísticas de 2017, que já são conhecidas e nos envergonham. Ainda assim, a questão central continua a ser como dar o sentido de urgência que a letalidade de jovens demanda, romper a “naturalização” e a invisibilidade, promover toda a mobilização possível para implementar uma agenda efetiva de prevenção e promoção da vida.

Em 2017, vimos todas as estatísticas de homicídios crescerem, ampliando também nosso desafio e a necessidade de respostas. Nossas ações contribuíram para ampliar o debate público sobre o tema, ofertando não dor e medo, mas possíveis respostas. Apesar de ainda lentos diante da urgência do tema, alguns resultados das iniciativas de nosso Comitê já são visíveis. Defensoria e Ministério Público, gestores municipais, universidades, escolas públicas, grupos de jovens, entidades de cooperação internacional passaram a movimentar agendas próprias que dialogam direta ou indiretamente com as recomendações traçadas em dezembro de 2016. Este é o ideal que pretendíamos: movimentar esforços diversos em um sentido comum que é a prevenção da letalidade juvenil.

Ainda falta muito para conseguirmos impactar as vidas reais e reduzir essa matança trágica. Sabemos e é preciso repetir: essas mortes têm endereço, classe social, raça, gênero, local de moradia. Além disso, precisamos mais ainda mostrar a resistência da periferia. Há dezenas de coletivos que fazem arte, cultura, política e que guardam uma potência incrível de reescrever vidas. São autônomos do Estado e, muitas vezes, são incompreendidos e criminalizados por segmentos que não sabem acolher suas expressões autênticas, como reggae, saraus e rolezinhos. Precisamos de mais sociedade civil mobilizada, valorizar mais a juventude da periferia por meio de suas resistências criativas, acreditar no paradigma da prevenção e potencializá-lo.

Agradeço mais uma vez nossa equipe, à Mesa Diretora da Assembleia, por meio do Presidente José Albuquerque, todos os parceiros na esfera governamental e na sociedade civil. A morte começa no abandono, é necessário superar esse abandono, fazer tudo que seja necessário e proteger cada vida, pois cada vida importa.



1

adolescente
assassinado

POR DIA
em Fortaleza
em 2017

Homicídios de
adolescentes
aumentam

71%
na Capital
(2016 a 2017)



2013 a jul/2017

51



adolescentes de 12 a 17 anos
foram mortos por policiais

**Fortaleza
e Ceará
lideram
Índice de Homicídios
na Adolescência (IHA)
no país**

222 adolescentes mortos na Capital
de janeiro a julho / 2017

522 adolescentes
assassinados
no Ceará
janeiro a julho / 2017

†
Fortaleza
Maracanaú
Caucaia
entre as cidades
mais violentas
do Brasil

211
casos de homicídios
NÃO
apresentam registro de idade
(2017)



Número de policiais
mortos em serviço
e na folga cresceu

54% 2013
-
2016
em quatro anos

Após relatório, Comitê dá continuidade a atividades

COM O RELATÓRIO Cada Vida Importa concluído e apresentado pelo deputado Renato Roseno no fim de 2016, a permanência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) foi renovada, no início de junho de 2017, pelo presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Zezinho Albuquerque. A assinatura do ato deliberativo assegura a atuação do colegiado pelo prazo de 18 meses.

Como desdobramentos da articulação do CCPHA, algumas iniciativas já foram gestadas no Estado, a exemplo da criação, no âmbito da Prefeitura de Fortaleza, do Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CEMPHA), que prevê um plano de trabalho nos territórios mais vulneráveis da Capital. O município de Sobral – na gestão do prefeito Ivo Gomes, ex-presidente deste comitê – também está implementando ações em territórios pilotos que dialogam com nossos campos de recomendações para prevenir assassinatos de adolescentes.

Outro avanço em relação à proteção de pessoas que vivenciaram homicídios no núcleo familiar foi a estruturação, na Defensoria Pública do Estado, no primeiro semestre de 2017, da Rede Acolhe, um programa de atenção integral às vítimas da violência que busca promover a assistência jurídica e psicossocial aos familiares das vítimas de crimes violentos letais e intencionais (CVLI). Em diálogo com o relatório Cada Vida Importa, a Rede Acolhe tem retornado às famílias ouvidas pelo Comitê na pesquisa de campo realizada em 2016.

Nesta segunda fase, a Assembleia Legislativa, por meio do Comitê, vem trabalhando em parceria com o programa Ceará Pacífico, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA).

A etapa atual de trabalho inclui construir agendas com representantes do poder público municipal e estadual para divulgar os 12 campos de recomendações embasadas no relatório Cada Vida Importa. Neste sentido, a equipe

do CCPHA já se reuniu com os prefeitos de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia para apresentar as recomendações para prevenir homicídios de adolescentes nesses municípios que estão no topo do ranking da letalidade juvenil no Estado.

A proposta é que sejam elaborados indicadores para acompanhar as recomendações, além da construção de protocolo em diálogo com a rede de assistência e saúde para monitoramento das famílias vítimas de homicídio. Como experiência em Fortaleza que pode ser replicada nos demais municípios, o CCPHA tem participado da construção de um protocolo intersetorial de atenção às famílias vítimas de homicídios e tentativa de homicídios com o intuito de evitar novas mortes.

Nos primeiros meses de 2017, a equipe técnica do CCPHA participou de dezenas de atividades em escolas, órgãos públicos, igrejas, universidades, simpósios, seminários e congressos acadêmicos para apresentar o relatório Cada Vida Importa e os índices atualizados de violência letal contra adolescentes. É preocupação do Comitê monitorar o avanço desses homicídios acompanhando os boletins mensais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Dentre os mais de 80 eventos dos quais os integrantes do CCPHA participaram, podem ser citados o VII Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA), I Seminário Paraibano sobre Genocídio da População Negra e Políticas Educacionais, VI Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude, apresentação na Câmara Municipal do Recife, Encontro Nacional da Plataforma de Centro Urbanos do UNICEF e Simpósio Internacional de Criminologia de Estocolmo (Suécia).

O CCPHA tem mantido estreito diálogo com universidades cearenses com o objetivo de qualificar ainda mais as análises sobre os dados levantados e para aprimorar as interpretações sobre os homicídios de adolescentes no Estado. Esse contato se manifesta na participação em simpósios, congressos e debates, especialmente na Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade de Fortaleza (Unifor). Como resultado dessa interação, pesquisadores e professores das três instituições se fazem presentes nas reuniões do grupo consultivo do Comitê, onde são debatidas articulações com parceiros institucionais.

Também merece destaque a parceria firmada com o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (Vieses), do curso de Psicologia da UFC, cujo trabalho tem se voltado para uma análise e elaboração de outras correlações sobre os homicídios na adolescência com base nos dados construídos pelo Comitê em 2016. Registramos, ainda, o constante diálogo com pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência

Por onde o Comitê já passou

- VII Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA)
- I Seminário Paraibano sobre Genocídio da População Negra e Políticas Educacionais
- VI Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude
- Apresentação na Câmara Municipal do Recife
- Encontro Nacional da Plataforma de Centro Urbanos do UNICEF
- Simpósio Internacional de Criminologia de Estocolmo (Suécia)
- 11º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Frente Nacional de Prefeitos
- Encontro Nacional do Programas de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
- Encontro Nacional do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas
- II Fórum de Juventudes do Grande Bom Jardim
- II Fórum de Juventudes do Grande Mucuripe
- I Conferência Livre de Juventudes de Itapiúna

(LEV), do curso de Ciências Sociais da UFC; do Núcleo de Estudos sobre Conflitualidade e Violência (Covio), do curso de Ciências Sociais da UECE; e do curso de Medicina da Unifor.

Em maio, o grupo gestor do CCPHA reuniu-se na Universidade do Parlamento Cearense (Unipace), onde o Comitê é sediado, para planejar as atividades a serem priorizadas nos próximos semestres. Os eixos de atuação foram divididos em mobilização, acompanhamento das recomendações e comunicação para os direitos humanos.

O trabalho de cooperação envolve a atuação do grupo gestor; grupo consultivo, integrado por instituições convidadas, como universidades e consultores; e grupo operacional, composto por equipe técnica contratada pela Assembleia Legislativa, com perfil para implementar as ações de trabalho do Comitê.

A mobilização com as juventudes almeja construir uma rede protetiva a respeito da temática da prevenção dos homicídios, por meio do engajamento nas escolas, envolvendo professores e profissionais da educação; técnicos, principalmente profissionais da rede de saúde e de assistência social que trabalham nos territórios com concentração de homicídios; coletivos de adolescentes; e igrejas, pastorais e grupos religiosos de matriz africana.

Pensar uma comunicação com foco nos direitos humanos envolve diálogo com os coletivos de juventude que desenvolvem uma comunicação contra-hegemônica, como documentários audiovisuais e engajamentos nas redes sociais. Também está na agenda do CCPHA a pauta por uma mídia sem violações de direitos humanos, como consta na 11ª recomendação do relatório Cada Vida Importa. Dentre as ações que devem ser realizadas está a articulação, ao lado do Ministério Público Estadual, para acompanhamento dos programas policiais televisivos, muitos dos quais violam diariamente os direitos de pessoas e famílias vítimas de violência no Estado.

Um adolescente morto por dia em Fortaleza

522 adolescentes assassinados no CE de janeiro a julho de 2017; aumento na Capital é de 71%

IMAGINE UM local onde diariamente são assassinadas 13 pessoas. Todos os dias. A situação pareceria mais grave se dois dos 13 mortos fossem muito jovens, quase crianças? Esse lugar é mais próximo do que se imagina, embora às vezes de tão invisibilizado parece até nem existir. Em uma terra nem tão longínqua chamada Ceará, 522 meninos com idade entre 10 e 19 anos foram violentamente mortos nos primeiros sete meses de 2017, sendo 222 em Fortaleza, o que dá uma média de um assassinato por dia na Capital. Os dados foram levantados no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

O alarmante balanço do primeiro semestre de 2017 é um sinal de alerta que aponta um agravamento da violência letal contra jovens no Estado, principalmente em Fortaleza, onde houve aumento de 71% de assassinatos de adolescentes em relação a 2016, quando morreram 130 meninos de janeiro a julho. “Estamos invertendo a lógica natural das coisas quando as gerações mais velhas estão enterrando as mais jovens”, analisa o deputado Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA).

Na prática, a elevada taxa de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos pode ser ainda maior, considerando que, dos casos catalogados em 2017, 211 não têm registro de informação de idade, apesar de 132 apresentarem o nome completo da vítima. Ao CCPHA, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) informou que “foi criada uma Comissão de Estudo do Perfil das Vítimas de CVLI e, a partir do levantamento do perfil das vítimas, será atualizada a data de nascimento, bem como outras informações pertinentes”.

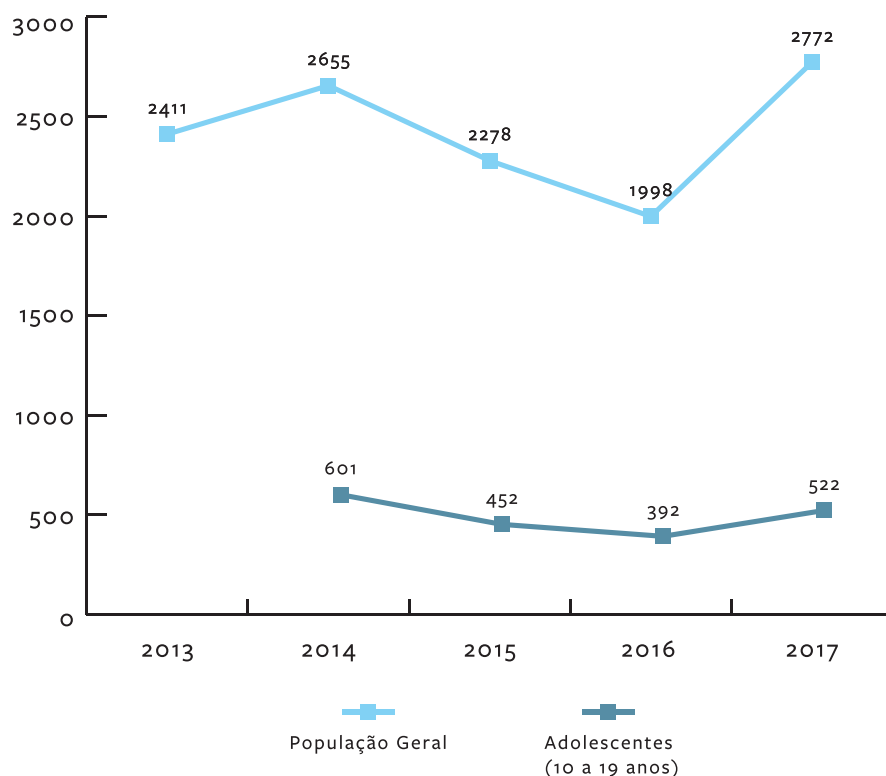
Os números causam impacto quando comparados com realidades de outros países e até com regiões do próprio Brasil, especialmente Sul e Sudeste. Esses assassinatos de adolescentes impactam diretamente as taxas gerais de homicídio no Estado, onde 2.772 pessoas foram mortas de janeiro a julho de 2017. Na Capital, as 1.079 pessoas assassinadas nos sete primeiros meses de 2017 representam aumento de 83% em relação a 2016, quando 590 pessoas foram mortas no mesmo período do ano.

A análise dos dados revela um extermínio da juventude no Estado — a maioria dessas mortes segue um padrão: jovens do sexo masculino, negros e moradores das áreas periféricas da cidade —, pois o aumento na taxa de homicídios atinge predominantemente pessoas com idade entre 20 e 29 anos. Em 2014, o número de mortes nessa faixa etária, entre janeiro e julho, chegou a 940. Nos anos subsequentes, houve redução para 863 em 2015 e 714 em 2016. Em 2017, no entanto, com a explosão de assassinatos, esse número chegou a 1.081 nos sete primeiros meses do ano.

A contabilização dos homicídios de 2017 é a maior desde 2013, ano a partir do qual a SSPDS começou a divulgar eletronicamente o balanço dos crimes violentos letais e intencionais (CVLI). Naquele ano, o Ceará registrou 2.411 homicídios de janeiro a julho, subindo para 2.655 em 2014. Nos anos seguintes, houve queda na taxa de assassinatos: foram notificados 2.278 em 2015 e 1.998 em 2016.

Esse contexto de ampliação da violência do Ceará está inserido na “nordestinação” de homicídios, com migração de mortes para os estados do Nordeste, inclusive municípios do Interior. Segundo o Atlas da Violência¹ lançado em 2017, que mapeia a série histórica de 2005 a 2015, com exceção do Tocantins e Amazonas, todos os estados com crescimento superior a 100% nas taxas de homicídios nesse período pertenciam à região Nordeste.

GRÁF. 1. Mortes da população geral e dos adolescentes no Ceará (janeiro a julho)



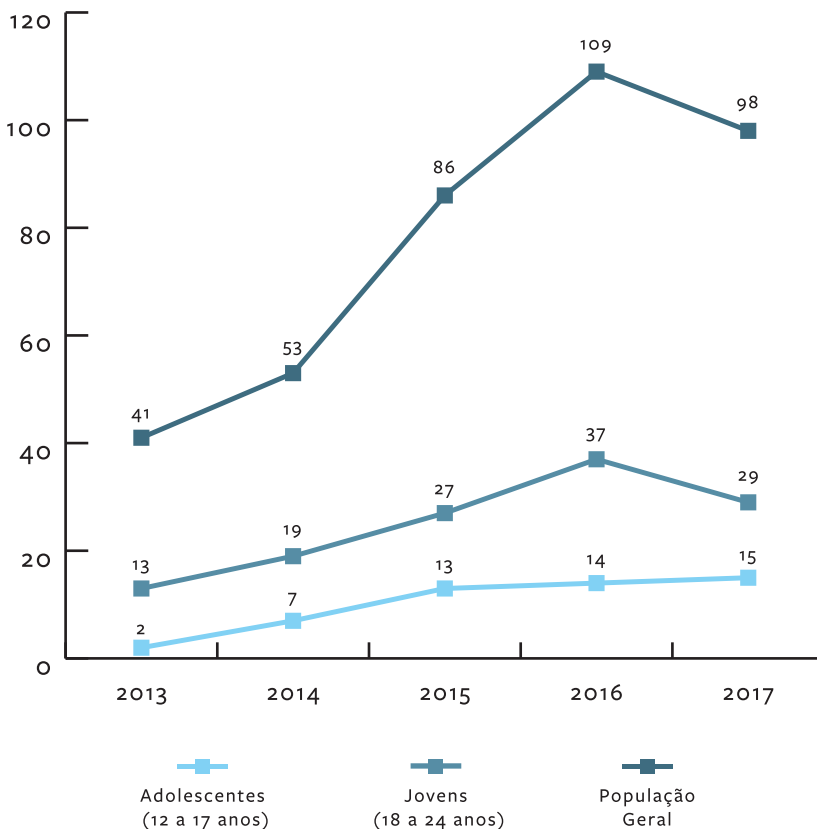
1 Fonte: Atlas da Violência 2017, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Assinado pelos pesquisadores: Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Luis Iván Valencia, Olaya Hanashiro, Pedro Henrique G. Machado e Adriana dos Santos Lima.

Ainda de acordo com o Atlas – produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública – o Estado do Ceará teve um aumento de 122,8% na taxa geral de homicídios no período de 2005 a 2015, saltando de 1.699 para 4.163. Em termos proporcionais, o ano de 2017 já supera essa marca, com 2.772 em apenas sete meses, indicando uma tragédia anunciada para os próximos meses.

O Atlas da Violência lista, ainda, três municípios cearenses entre os 30 mais violentos do Brasil: Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. O documento também aborda o recorte de raça dessas mortes, ressaltando que, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. “O perfil típico das vítimas fatais permanece o mesmo: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade”, aponta o estudo. Para entender o impacto social dessas mortes, o pico da taxa de homicídio na década de 1980 se dava aos 25 anos no Brasil. Atualmente está em torno de 21 anos.

51 adolescentes de 12 a 17 anos mortos por intervenção policial nos últimos cinco anos

O aumento dos conflitos armados nos territórios, em razão da disputa de facções, somado ao modelo de segurança centrado em ações ostensivas, repercute em um aumento da letalidade geral e de profissionais da segurança pública. Conforme dados disponíveis no portal da SSPDS, as mortes por intervenção policial aumentaram 444% de janeiro a julho de 2013 – quando 18 pessoas foram mortas por policiais em serviço – a 2017, com 98 mortes já registradas no mesmo período. Em



GRÁF. 2. Balanço de mortes por intervenção policial.



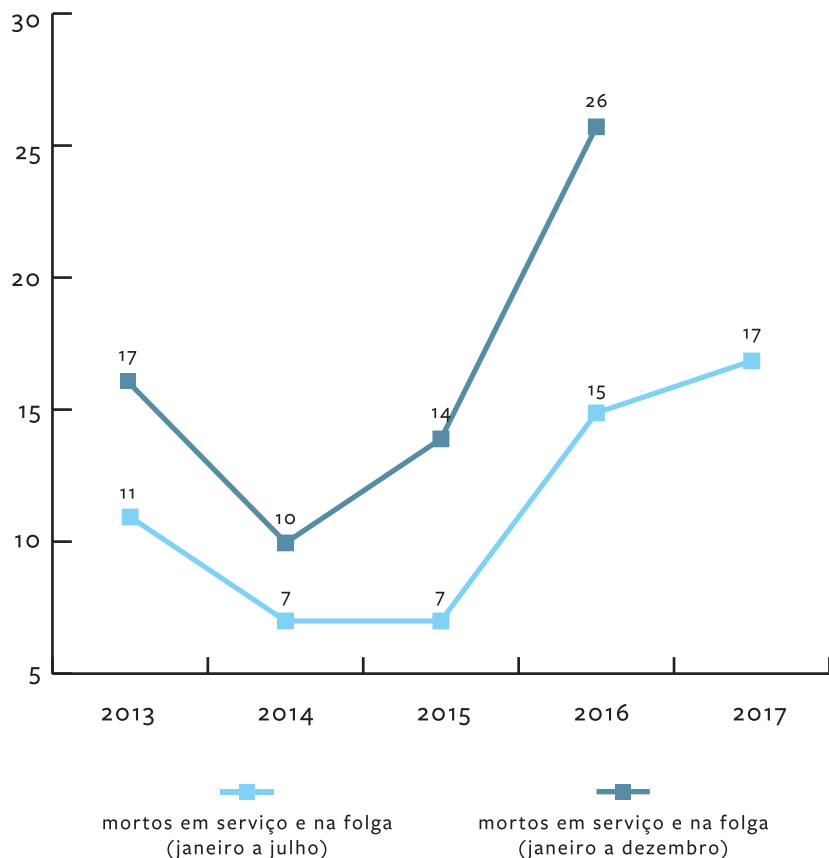
relação aos adolescentes de 12 a 17 anos, o balanço passou de dois, em 2013, para 14 em 2016, uma alta de 600%. Até julho de 2017, 15 meninos com essa faixa etária foram mortos por policiais em serviço, o que já supera a estatística do ano inteiro de 2016. Já foram registradas, de 2013 a julho de 2017, 51 mortes de adolescentes de 12 a 17 por agentes policiais.


Ampliando a pesquisa para jovens de 18 a 24 anos, também se observa preocupante avanço nas mortes por intervenção policial. Em 2013, 13 pessoas com aquela idade morreram nesse tipo de ação, passando para 19 em 2014, 27 em 2015, 37 em 2016 e 29 de janeiro a julho de 2017. O balanço da Secretaria da Segurança Pública não revela os territórios onde essas ações ocorreram. Em relação aos jovens de 25 a 29 anos, o número de mortes saltou de seis, em 2013, para 11 nos sete primeiros meses de 2017.

Número de policiais mortos cresceu 54% de 2013 a 2017

O cenário de interação violenta nos territórios também tem impactado o dia a dia dos policiais que atuam do Ceará. Dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social requisitados via ofício pelo CCPHA apontam que o número de policiais mortos aumentou de 11, nos sete primeiros meses de 2013, para 17 no mesmo período do ano de 2017, o que demonstra elevação de 54% nesse tipo de crime. Quando se considera todo o ano, esse número chegou a 17 em 2013, 10 em 2014, 14 em 2015 e 26 em 2016.

GRÁF. 3. Policiais mortos em serviço e na folga.





Secretário de Segurança recebe representantes do CCPHA

No dia 18 de julho, o secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, André Costa, recebeu, em seu gabinete, integrantes do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. A equipe apresentou ao gestor as evidências de vulnerabilidades relacionadas às mortes de adolescentes e os campos de recomendações sistematizados pelo Comitê, com ênfase nas ações que envolvem a participação da Pasta.

O CCPHA recomendou que fosse criada uma equipe multidisciplinar de atendimento aos familiares de vítimas que chegam à Perícia Forense do Estado (Pefoce), uma vez que mais da metade das famílias não foram localizadas pela equipe que realizou a pesquisa, em 2016, que mapeia o cenário dos adolescentes assassinados em sete cidades do Estado. Por meio desse atendimento, seria constituído fluxo do protocolo intersetorial de atendimento às famílias com adolescentes vítimas de morte violenta.

O secretário de Segurança demonstrou preocupação com a crescente identificação de jovens, sobretudo nas periferias, com as facções do crime organizado. O Comitê propôs a nomeação de um interlocutor da Secretaria para contribuir com o processo de construção e implementação do protocolo de atendimento. O gestor colocou-se à disposição para dialogar com o colegiado e deixou o canal aberto para solicitação de eventuais demandas, salientando que “o problema da segurança pública é multidisciplinar”.

Participaram do encontro o deputado Renato Roseno; o representante do UNICEF no Ceará, Rui Aguiar; os integrantes do CCPHA Thiago de Holanda e Benjamim Lucas; e Ana Paula Vieira e Ana Christina Carneiro, da equipe do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).

Fortaleza e Ceará lideram Índice de Homicídios na Adolescência

Dos nove estados com maior índice de homicídios de adolescentes, oito são do Nordeste

FORTALEZA É a capital do Brasil com o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). É o que apontou o pesquisador Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao apresentar a última versão do IHA, em evento na Assembleia Legislativa cearense, no dia 5 de junho. A divulgação ocorreu na solenidade de lançamento do relatório Trajetórias Interrompidas, publicação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

De acordo com o IHA, 43 mil adolescentes devem morrer no Brasil de 2015 a 2021 se as condições atuais forem mantidas. A média nacional mostra que 3,65 de cada mil adolescentes podem morrer vítimas de homicídio antes de chegar aos 19 anos nos 300 municípios com mais de 100 mil habitantes do País. Em Fortaleza, esse índice é de 10,94. Antes em terceiro lugar no ranking, agora o Ceará figura no topo da lista entre os estados, com o IHA de 8,71.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) é uma iniciativa do UNICEF e do Ministério dos Direitos Humanos em parceria com o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que mapeia desde 2007 a mortalidade por homicídio na adolescência na faixa dos 12 aos 18 anos. O IHA representa o número de adolescentes que morrem por homicídio antes de completar 19 anos para cada grupo de mil jovens de 12 anos.

Nordestinação dos homicídios

O Índice de Homicídios na Adolescência alerta para a situação do Nordeste, onde o número de mortes é substancialmente mais elevado do que o restante do País, com 6,5 assassinatos de adolescentes para cada mil, enquanto no Sul o índice é de 2,3.

O estudante Mateus Monteiro, que teve um dos irmãos assassinados na adolescência, participou da solenidade e pediu aos representantes dos poderes Legislativo e Executivo que as estratégias para a redução de homicídios de jovens sejam efetivamente executadas e amplamente divulgadas nas comunidades. “Nem sempre a teoria reflete a prática”, questionou.

Apresentação do relatório “Trajetórias Interrompidas”

No início da solenidade, o representante do UNICEF para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, Rui Aguiar, e o coordenador da pesquisa feita pelo Comitê do Legislativo Cearense, Thiago de Holanda, apresentaram os dados de assassinatos de jovens nos municípios do Ceará. “A morte começa no abandono”, resumiu o representante regional do UNICEF, referindo-se não apenas à esfera familiar e comunitária, mas principalmente institucional: escola, poder público e conselhos de direitos da criança e do adolescente.

Thiago de Holanda acrescentou que parte considerável dos homicídios de adolescentes não chega a ser elucidada. “Há uma sensação de impunidade e injustiça muito forte. As mortes não são apuradas”, lamentou.

Poder público

A vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, reconheceu que há uma “rede complexa de conexões” que culmina no assassinato de um adolescente e citou, como medida de prevenção, a “busca ativa” no ensino público de educação. “Precisamos identificar



Em evento na Assembleia Legislativa, foi divulgado Índice de Homicídios na Adolescência que coloca o Ceará no topo do ranking. Foto: Lucas Moreira



Em junho, o CCPHA lançou, ao lado do UNICEF, o relatório Trajetórias Interrompidas na Assembleia Legislativa. Foto: Lucas Moreira

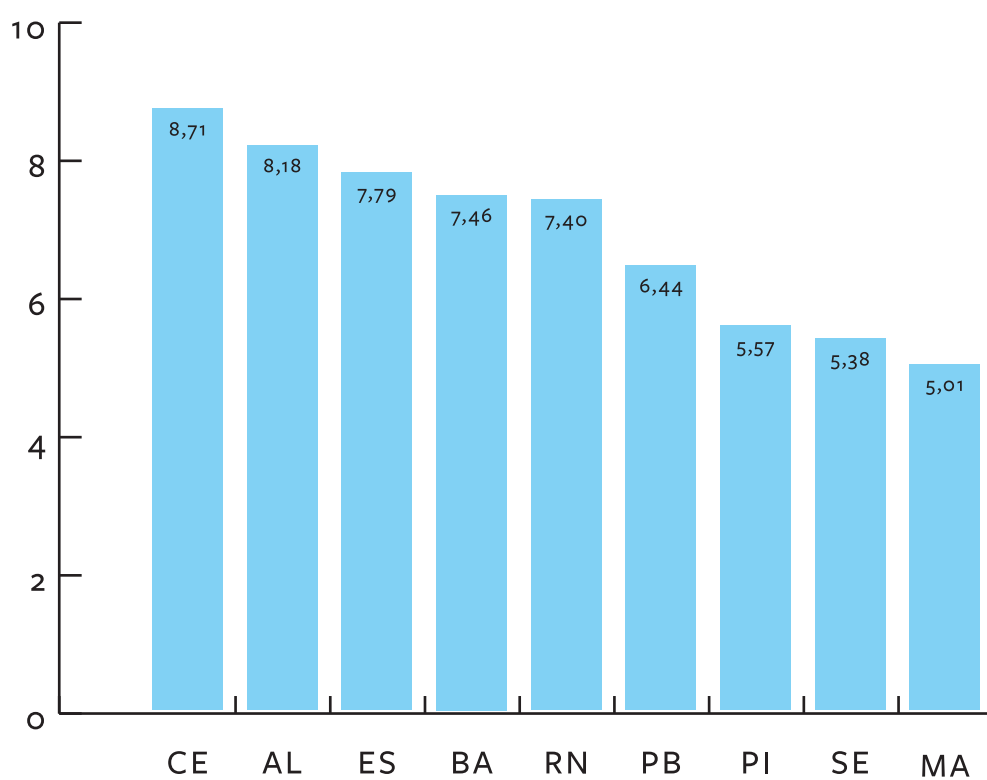
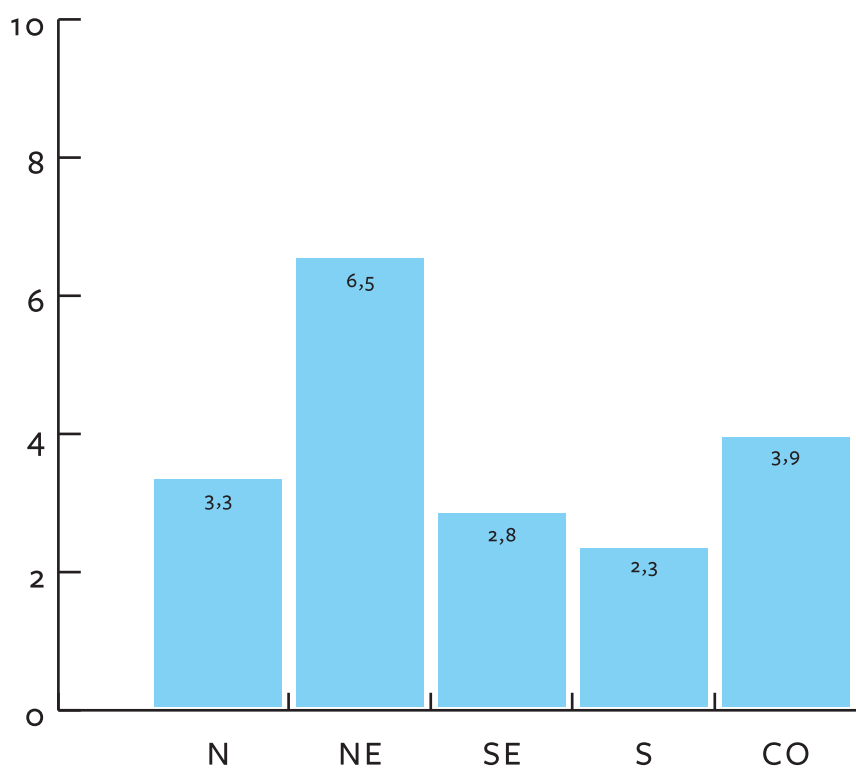
e buscar esses meninos que estão fora da escola”, declarou, referindo-se aos adolescentes que terminaram o ensino fundamental e não se matricularam no ensino médio na rede pública de ensino. “Não é fácil, mas é possível”, pontuou.

O deputado Renato Roseno, relator do Comitê, reforçou que “a prevenção começa no local”, enfatizando a função das prefeituras municipais nesse processo. “A aposta é na mediação de conflitos. Precisamos de mais equipamentos culturais do Estado, pensando também nas pequenas cidades, não apenas nas grandes”, concluiu.

Campanha latino-americana Instinto de Vida

Na cerimônia realizada na Assembleia Legislativa, Raquel Viladino, representante do Observatório das Favelas, apresentou a campanha Instinto de Vida, criada a partir da união de dezenas de organizações não governamentais da América Latina com a meta de reduzir a violência letal à metade no prazo de 10 anos. No evento, Viladino destacou o aumento dos índices de homicídio no Nordeste brasileiro. “O Nordeste hoje é absolutamente central na luta pela redução de homicídios”, apontou.

No dia 25 de maio, o deputado Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, participou de reunião, no Rio de Janeiro, a convite da organização da campanha, com os articuladores da iniciativa. No encontro, o parlamentar compartilhou a experiência do Ceará e reforçou a importância de articulações regionais e nacionais no avanço de políticas públicas de redução de homicídios, principalmente no Nordeste, onde o número de mortes é mais preocupante.



GRÁF. 4. IHA nas regiões.

GRÁF. 5. Os nove estados com IHA mais elevado.

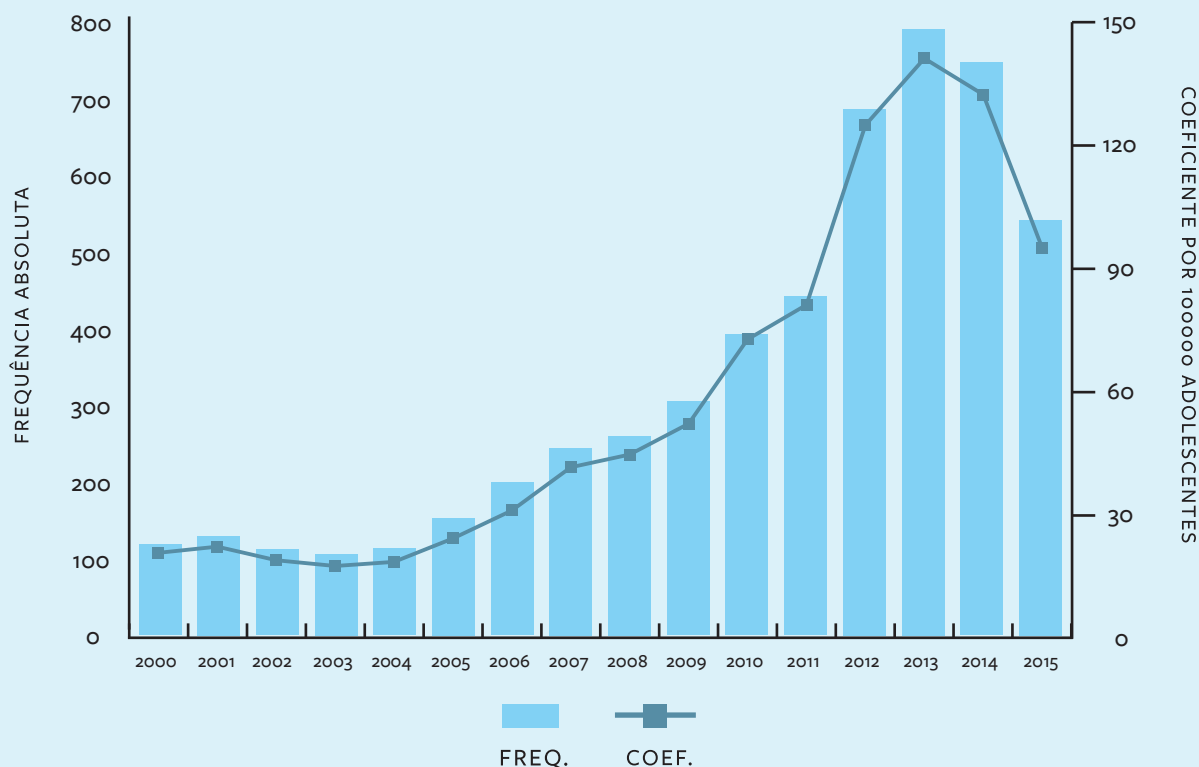
Análise epidemiológica e espacial dos homicídios de crianças e adolescentes em Fortaleza de 2000 a 2017

por Antonio Silva Lima Neto, consultor do CCPHA, médico epidemiologista e doutor em Saúde Coletiva

NA SOLENIDADE de criação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência na Assembleia Legislativa do Ceará, em 23 de fevereiro de 2016, foi apresentada breve análise epidemiológica e da distribuição espacial dos homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos em Fortaleza. Os dados apresentados compreendiam o período de 2000 a 2015 e permitiram especular acerca do modelo de determinação dos homicídios no contexto da cidade de Fortaleza. A evolução da taxa de homicídios de adolescentes mostrava um crescimento exponencial a partir de 2006 que atingira seu ápice no biênio 2013-2014, sendo interrompido por uma queda brusca em 2015 (Gráfico 6). Este último achado necessitava de possíveis explicações, tendo em vista a magnitude da diminuição proporcional do número de assassinatos de adolescentes em apenas um ano (redução de 30% entre 2014-2015).

Essa análise epidemiológica inicial possibilitou algumas constatações e sugeriu condições de risco associadas ao homicídio de jovens:

- As taxas de mortalidade de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foram significativamente maiores do que na população geral a partir de 2006;
- O risco de um adolescente do sexo masculino morrer assassinado em Fortaleza em 2015 era mais de 30 vezes maior do que o de uma adolescente do sexo feminino;
- A maior parte das crianças/adolescentes assassinados em 2015 estava na faixa etária de 15-19 anos (94%) e foi morta por disparo de arma de fogo (93%);
- Apenas 6% das vítimas de homicídios (N=24) cursava o ensino médio, apesar de a maioria ter 15 anos ou mais;
- O campo raça/cor foi pouco preenchido nas declarações de óbitos, impedindo a apreciação dessa variável;
- Os principais determinantes do homicídio em crianças/adolescentes (10-19 anos) sugeridos pela análise epidemiológica eram: sexo (masculino), grupo etário (15-19 anos), escolaridade (alta taxa de distorção idade-série) e meio de agressão (arma de fogo).



GRÁF. 6. Frequência absoluta e coeficiente de mortalidade por homicídio na população adolescente. Fortaleza, 2000 a 2015
 Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVISA/SMS

Paralelamente, ainda se referindo à apresentação do início de 2016, a análise da distribuição espacial dos homicídios de adolescentes em 2014 e 2015 nos bairros e assentamentos precários (APs) de Fortaleza, sempre baseada no endereço do domicílio das vítimas, também foi capaz de produzir achados que orientaram investigações posteriores. A concentração espacial das mortes em bairros periféricos das seis regionais e, sobretudo, em alguns APs (Figuras 1 e 2) caracterizava um padrão de dispersão dos homicídios heterogênea, com aglomerados (clusters) bem definidos. As principais constatações foram:

- Os homicídios de adolescentes também não se distribuem de maneira homogênea. 44% das mortes foram de moradores de apenas 17 bairros;
- 41% (149) dos adolescentes assassinados em 2015 moravam em 96 assentamentos precários (APs) de um total de 840;

- Em apenas 26 APs, mais de um adolescente foi assassinado em 2015;
- Em 746 APs não houve registro de homicídio de moradores nesse grupo etário;
- Adolescentes moradores de determinados APs estavam expostos a um risco de assassinato significativamente maior;
- A priorização de APs (em vez de unidades mais heterogêneas como bairros) para intervenções intersetoriais poderia ter alto impacto na redução dos homicídios de adolescentes.

O CCPHA passou, então, a partir dessa análise inicial, a monitorar a ocorrência dos homicídios no Estado do Ceará e, particularmente, em Fortaleza. A consolidação dos dados de 2016 reforçava a tendência de queda do número de homicídios, tanto na população geral quanto, especificamente, no segmento etário de 10 a 19 anos (Gráfico 7). Uma impressionante redução de 60% das mortes

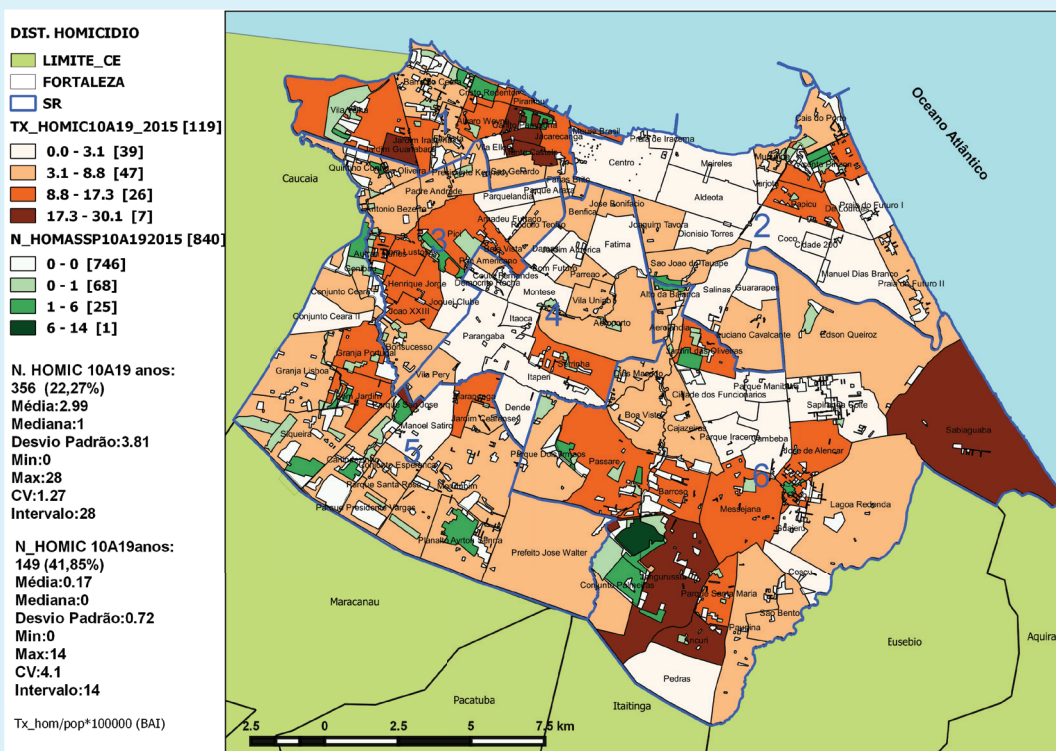
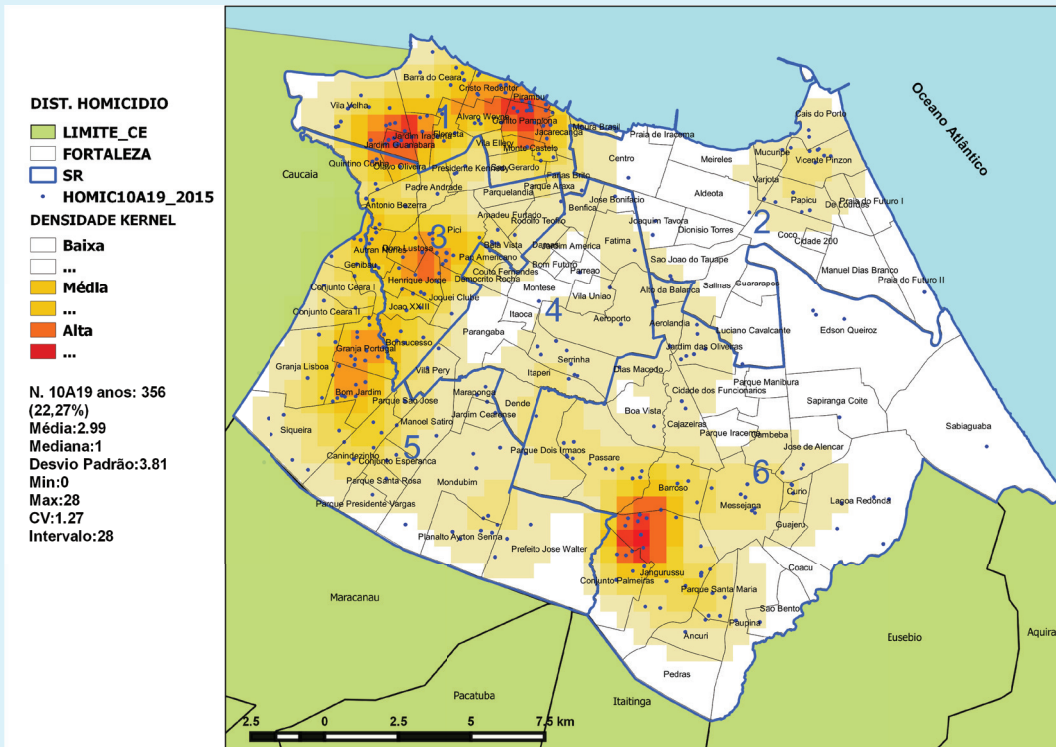


FIG. 1. Homicídios de crianças e jovens de 10 a 19 anos: Densidade de kernel por bairro. Fortaleza, 2015.

FIG. 2. Homicídios de crianças e jovens de 10 a 19 anos: Distribuição da taxa de homicídios por bairro e número de óbitos por assentamento precário em Fortaleza, 2015.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVIS/SMS

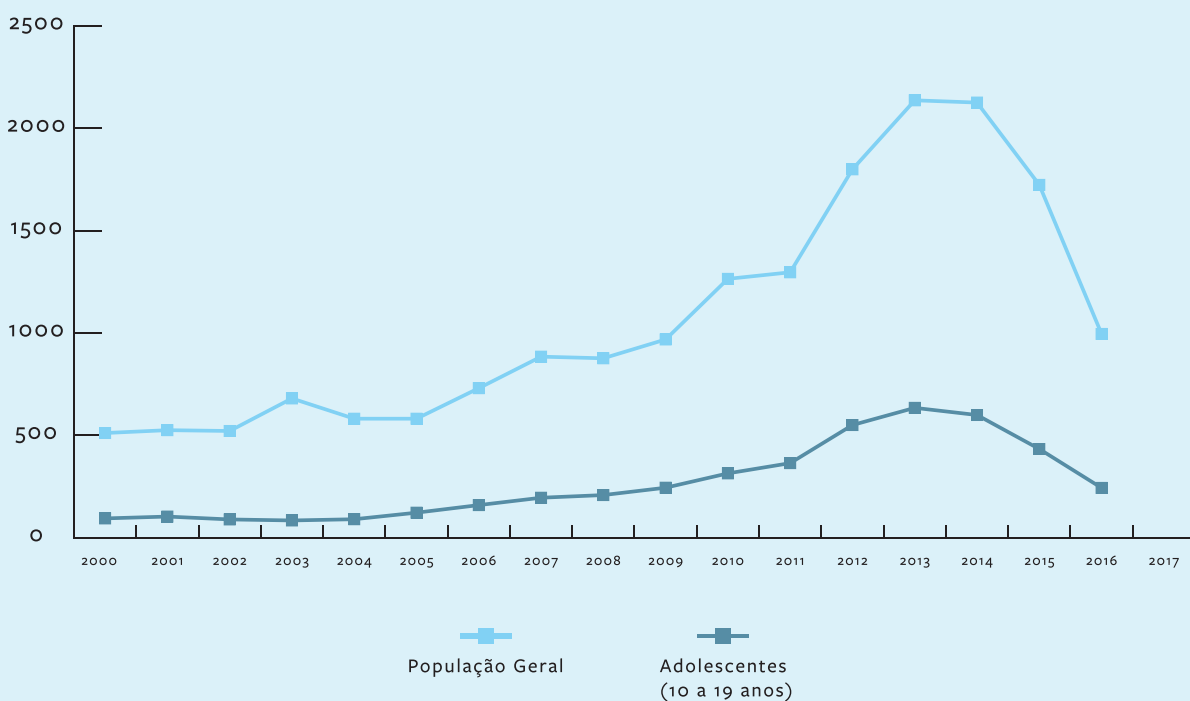
de adolescentes havia ocorrido em apenas dois anos, entre 2014 e 2016.

Os dados brutos não permitiam estabelecer os motivos de tão drástica mudança de cenário, mas dois fatores podiam ser considerados com maior ênfase. O primeiro seria a reorientação de políticas de segurança pública ocorrida no período. A outra possibilidade, amplamente divulgada pela imprensa e organizações não governamentais, associava a queda do número de homicídios a “pactos de paz” selados entre facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas. A chamada “pacificação” teria como base acordos de não agressão entre os membros das organizações.

Do ponto de vista epidemiológico, uma queda tão significativa num período exíguo sugeria outros fatores, além do aperfeiçoamento de políticas públicas. Normalmente, a redução da ocorrência de um evento de determinação complexa, como o homicídio, tende a ser gradual e lenta. Outra evidência

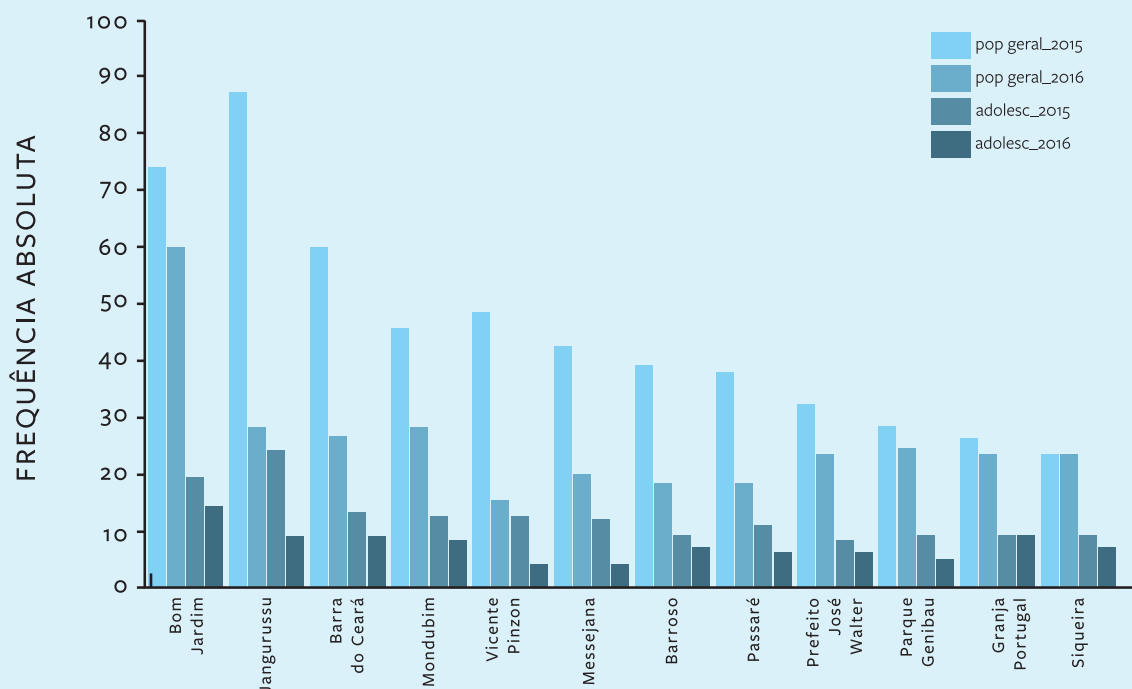
a ser levada em consideração era que a distribuição espacial dos homicídios não se mostrava homogênea, como ilustra o gráfico 8. Bairros das regionais 1 (Barra do Ceará), 2 (Vicente Pinzon) e 6 (Jangurussu, Messejana, Barroso, Passaré) apresentavam variação negativa proporcionalmente mais elevada do que os demais entre 2015 e 2016. Em alguns dos bairros mencionados, a redução no número de pessoas assassinadas em apenas um ano era próxima de 60%. A magnitude da variação era substancialmente menor na regional 5, em especial, no chamado “Grande Bom Jardim”. A constatação de que a velocidade da variação foi diferente nas áreas da cidade reforçava a hipótese de que a queda do número de homicídios poderia estar associada a outras variáveis, que escapavam à agenda institucional clássica.

Caso a diminuição de homicídios de adolescentes observada entre 2014 e 2016 estivesse fundada prioritariamente em iniciativas de gestão,



GRÁF. 7. Frequência absoluta de óbitos por homicídio na população geral e entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. Fortaleza, 2000 a 2016.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVIS/SMS



GRÁF. 8. Frequência absoluta de óbitos por homicídio na população geral e entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos nos 12 bairros com maior número de registros. Fortaleza, 2015 e 2016.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVIS/SMS

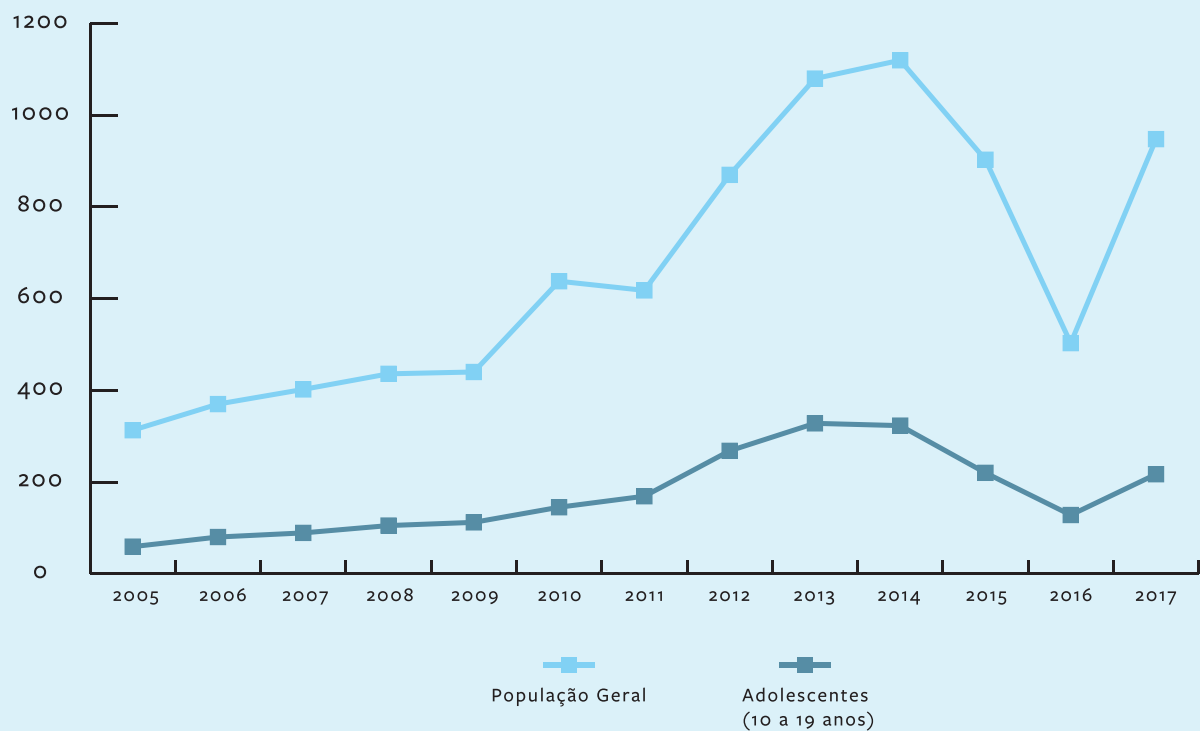
esperava-se que em 2017 houvesse uma consolidação da tendência de redução, se não ocorressem eventos extraordinários. Utilizando raciocínio análogo, se o principal fator relacionado à redução fossem “tratos de paz entre grupos criminosos”, o cenário para 2017 era imprevisível, na medida em que não se pode prever a duração de tais acordos. O gráfico 9 sumariza a evolução histórica do número de homicídios gerais e na população adolescente ocorridos apenas no primeiro semestre de cada ano (janeiro-junho).

Analisando apenas o biênio 2016-2017, houve variação positiva de 70% nos homicídios de adolescentes, tendência que se repetiu na população geral com maior magnitude (aumento de 88%).

Uma breve análise espacial mostra que os bairros onde o aumento foi mais significativo entre janeiro e agosto de 2016 e 2017 são aqueles que vinham registrando as maiores reduções. Esta constatação aponta para a baixa sustentabilidade da tendência

de queda anterior, caracterizando uma dinâmica “errática” de ocorrência do evento, que pode estar sendo mediada, em parte, nos últimos três anos, por acordos ou desacordos entre facções. Esta é uma hipótese que deve ser exaustivamente investigada, uma vez que o aumento referido sugere uma “disputa” entre os criminosos, já aceita pela maioria dos atores institucionais. Novamente, citamos os bairros Jangurussu, Barra do Ceará e Vicente Pinzon, onde a queda do número de homicídios tinha sido mais expressiva entre 2015 e 2016. Observa-se na tabela 1 que o número de adolescentes mortos, residentes desses bairros, foi mais de 100% maior em 2017 do que no mesmo período do ano anterior.

O que a tabela 1 sumariza, considerando apenas os 17 bairros com maior número de eventos, também pode ser expresso por meio de um cartograma de Fortaleza, mais uma vez baseado no georreferenciamento do endereço do domicílio



GRÁF. 9. Frequência absoluta de óbitos por homicídio na população geral e entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos no primeiro semestre (janeiro a junho). Fortaleza, 2000 a 2017.

TAB. 1. Variação na frequência de homicídios na população adolescente dos 17 bairros com maior registro. Fortaleza, janeiro a agosto de 2016 – 2017.

(*) Dados de janeiro a agosto (2º Quadrimestre) por bairro de residência da vítima.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVIS/SMS

HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO GERAL	JANEIRO - AGOSTO		VARIÇÃO
	2016	2017	
Conjunto Palmeiras	0	7	700
Cristo Redentor	1	7	600
Edson Queiroz	1	7	600
Quintino Cunha	0	v6	600
Itaoca	1	6	500
Barra do Ceará	4	16	300
Canindezinho	3	12	300
Aerolândia	2	6	200
Vicente Pinzon	4	11	175
Jangurussu	8	19	137,5
Siqueira	3	7	133,3
Barroso	4	7	75
Cidade 2000	3	5	66,7
Mondubim	8	13	62,5
Prefeito José Walter	6	9	50
Passaré	5	7	40
Antônio Bezerra	4	5	25

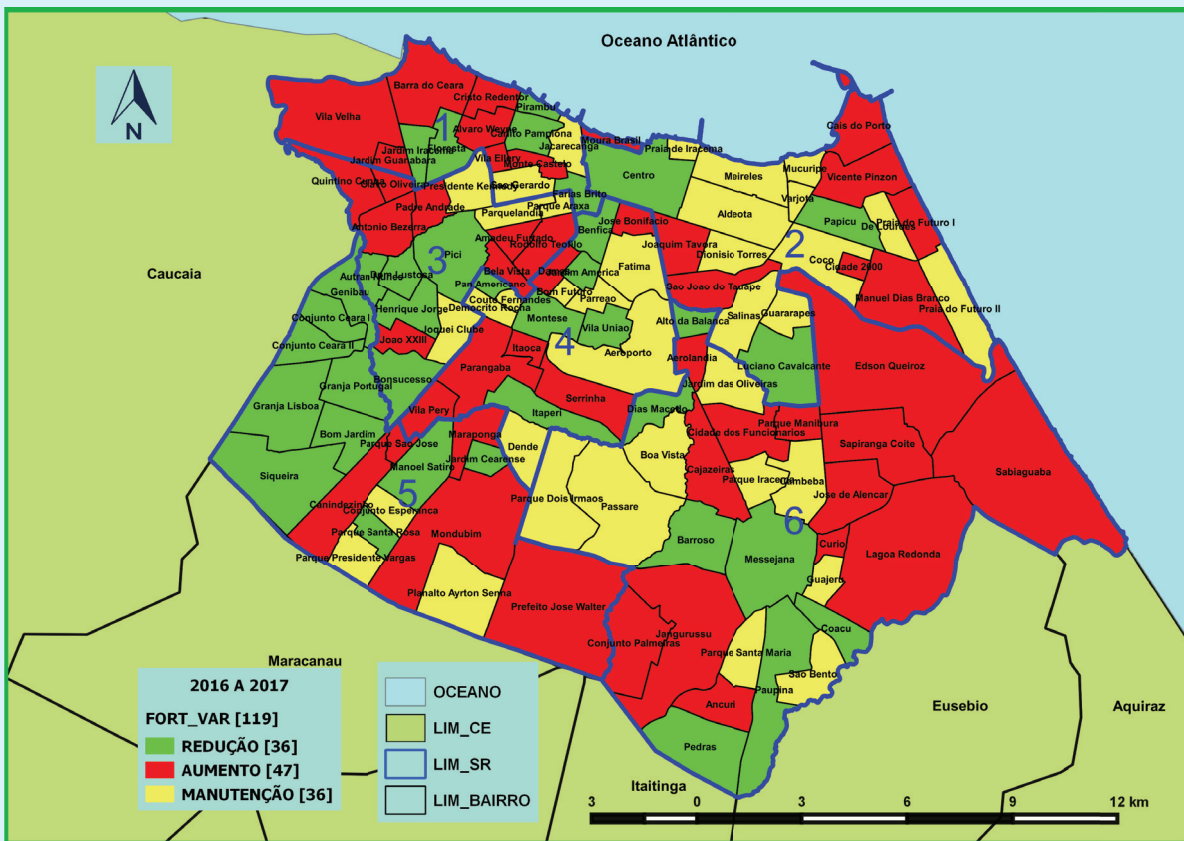


FIG. 3. Homicídios em crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos: Distribuição espacial da variação proporcional, por bairro de residência. Fortaleza, janeiro a junho de 2016 a 2017.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) – Célula de Vigilância Epidemiológica/COVIS/SMS

das vítimas (Figura 3). As áreas com aumento mais expressivo entre 2016 e 2017 estão na Regional 6, em dois grandes aglomerados de bairros contíguos (Jangurussu/Conjunto Palmeiras e Edson Queiroz/Jardim das Oliveiras/Lagoa Redonda/Sapiranga), Regional 2 (Grande Vicente Pinzon) e Regional 1 (Grande Pirambu e Barra do Ceará/Vila Velha). São justamente esses os grandes adensamentos populacionais que haviam apresentado os melhores resultados entre 2014-2016, no que se referia à redução da violência letal contra jovens e crianças. A maior parte dos bairros da Regional 5, sobretudo os localizados no extremo oeste (Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira, Conjunto Ceará I e II), reduziram o número de homicídios de adolescentes que viviam nos seus limites entre 2016 e 2017 (janeiro a junho). Essa

queda, no entanto, não foi tão significativa. A dinâmica de ocorrência dos homicídios nos bairros que compõem, em especial, o grande Bom Jardim parece ter seguido um padrão mais estável desde 2014. Mantidas em patamares altos, as taxas de mortalidade oscilaram, sem exibirem francas tendências de aumento ou diminuição.

Atenção às vítimas de violência é estratégia para prevenir novos homicídios

O RELATÓRIO Cada Vida Importa apresentou um panorama denso sobre a realidade dos homicídios na adolescência em Fortaleza e mais seis cidades no Ceará: Caucaia, Maracanaú, Sobral, Horizonte, Juazeiro do Norte e Eusébio. A realização de um estudo sobre a trajetória de vida dos adolescentes assassinados no ano de 2015 naqueles municípios esmiuçou o contexto de vulnerabilidades em que viviam esses jovens e suas famílias.

A partir da análise desses dados, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) produziu 12 recomendações para se reduzir o número de mortes violentas de meninos e meninas de 10 a 19 anos no Estado do Ceará. As recomendações desenvolvidas pelo CCPHA foram agrupadas em três níveis de prevenção¹: primária, secundária e terciária (ver organograma a seguir).

Compreende-se que a prevenção terciária é aquela dirigida a pessoas e grupos que sofreram violência, o que demanda a diminuição dos danos causados por essa violação a fim de evitar a revitimização. As intervenções secundárias são direcionadas a pessoas e grupos com alto risco de se tornarem vítimas ou autores de homicídios, enquanto as ações de prevenção primária são pensadas para o conjunto da população.

Com o lançamento do relatório, o CCPHA iniciou o processo de disseminação das recomendações entre gestores e técnicos dos diversos órgãos responsáveis pela prevenção terciária, pois, como explica o coordenador da equipe técnica do Comitê, Thiago de Holanda, “precisamos de uma resposta de curto prazo para chegar o mais rápido possível naquelas pessoas que realmente podem sofrer o homicídio”.

Parte das recomendações do CCPHA de nível terciário já começou a ser implementada de maneira mais efetiva pela urgência do problema. “O sentido

1 As definições constam na publicação “Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe”, de Ignacio Cano & Emiliano Rojido.



PRIMÁRIA: CONJUNTO GERAL DA POPULAÇÃO

- controle de armas de fogo e munições
- promoção da convivência comunitária por meio de atividades culturais
- fortalecimento da capacidade técnico-científica da Perícia Forense do Estado
- formação de policiais para abordagem adequada não violenta ao adolescente
 - prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias
 - mídia sem violações de direitos
 - escolas mais atrativas e integradas com a comunidade
 - oportunidades de trabalho com renda a adolescentes
 - qualificação das informações sobre o homicídio

SECUNDÁRIA: GRUPOS COM MAIORES RISCOS

- busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar
- atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas por meio de práticas restaurativas e diminuição da privação de liberdade
- atendimento de adolescentes para construção de projetos de vida
- atendimento a adolescentes vulneráveis ao homicídio por meio da ampliação de programas e projetos sociais
- qualificação urbana dos territórios com incidência de homicídios
 - mediação de conflitos entre grupos rivais nos territórios

TERCIÁRIA: VÍTIMAS DIRETAS

- apoio e proteção às famílias de vítimas de homicídios
- investigação prioritária e qualificada dos inquéritos e processos de homicídios contra criança e adolescente
 - notificação de agressões e lesões corporais contra adolescentes
- comitês territoriais para a prevenção de homicídios na adolescência

HOMICÍDIO



ideal do atendimento é iniciando no primário e seguindo para o secundário e terciário. Mas a gente teve que inverter essa ordem, porque a realidade se impôs”, detalha o sociólogo Benjamim Lucas, que integra a equipe técnica do Comitê e participou da coordenação técnica da pesquisa conduzida pelo CCPHA em 2016.

Defensoria Pública retorna às famílias entrevistadas pelo Comitê

No primeiro semestre de 2017, a Defensoria Pública do Estado lançou a Rede Acolhe, um programa de atenção integral às vítimas da violência que busca promover a assistência jurídica e psicossocial aos familiares das vítimas de crimes violentos letais e intencionais (CVLI). A instituição já havia esboçado a iniciativa anteriormente, resultado da participação da Defensoria no Pacto por um Ceará Pacífico, ação intersetorial de segurança pública no Estado.

Presente na solenidade de lançamento do relatório Cada Vida Importa, a defensora pública geral do Estado, Mariana Lobo, visando à prevenção de novas mortes, comprometeu-se com o acompanhamento da Rede Acolhe às famílias entrevistadas na pesquisa sobre homicídios conduzida pelo Comitê em 2016. “O estudo produzido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência nos trouxe o acesso a dados alarmantes, que não devem ser tratados como mera estatística, pois são vidas interrompidas, trajetórias jovens que precisam de uma intervenção direcionada e atenciosa para diminuir as suas incidências e consequências”, salienta Mariana Lobo.

Para a defensora pública geral do Ceará, “a Rede Acolhe é uma resposta e, ao mesmo tempo, uma proposição de atuação integrada e articulada para resguardar vidas e promover a garantia de direitos, um espaço humanizado, reservado e com uma equipe multidisciplinar para atendimento às vítimas de violência e seus familiares”.

De junho a agosto de 2017, a Rede Acolhe já fez visitas sociais a 22 famílias, 15 das quais ouvidas

pelo Comitê na pesquisa Cada Vida Importa. O trabalho de campo realizado pelo CCPHA havia identificado o aprofundamento das vulnerabilidades das famílias vítimas de violência letal. O mapeamento mostrou, ainda, como as redes de familiares e amigos vinculados aos adolescentes mortos estão passíveis de sofrer homicídio, incluindo retaliações dos autores do crime.

A estruturação metodológica da Rede Acolhe sofreu influência da experiência da pesquisa do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, e alguns indicadores trabalhados pelo programa foram construídos a partir das evidências apresentadas pelo estudo.

A equipe – formada por profissionais de psicologia e serviço social – identifica na visita social às famílias se houve ampliação da vulnerabilidade das vítimas de violência letal. “A partir da morte, o que se agravou? O programa não dá conta de resolver a situação de pobreza e vulnerabilidade, mas pretende reduzir os danos da violência e evitar que haja a revitimização”, explica o sociólogo Thiago de Holanda, que também coordena a equipe técnica da Rede Acolhe.

O atendimento psiquiátrico nos casos de homicídios ainda é uma lacuna. Quase 41% das pessoas ouvidas pela Rede Acolhe em 2017 confirmam fazer uso de medicamentos psiquiátricos. “Durante a pesquisa Cada Vida Importa, nos deparamos com situações semelhantes, mães fazendo uso de medicações psicotrópicas, muitas vezes sem prescrições médicas ou avaliações regulares. Ainda que, naquele momento, não fosse nosso objetivo mensurar e compreender essas situações, sabíamos do compromisso em pautar com ênfase no relatório e nas recomendações a falta de apoio e suporte psicológico que se encontravam essas mulheres”, relata a psicóloga e técnica do CCPHA, Daniele Negreiros, que integrou a coordenação técnica da pesquisa Cada Vida Importa.

Somado a isso, a Rede Acolhe evidenciou que 45,5% viram a renda familiar ser reduzida decorrente da saída do mercado de trabalho ou

interrupção da atividade ocupacional. É esse aprofundamento das vulnerabilidades que deve ser minimizado para evitar que a família que já foi alvo de um homicídio não seja revitimizada. Metade das famílias ouvidas pela Defensoria Pública também teve diminuição de renda decorrente da suspensão ou diminuição de benefício social, como o Bolsa Família.

Dentre os questionamentos levados aos familiares dos adolescentes assassinados, a Rede Acolhe mapeia se eles sofreram ameaças após a morte dos jovens, se houve encolhimento de renda familiar, se algum integrante da família está fazendo uso abusivo de álcool e/ou drogas ou de medicamentos sem acompanhamento médico e se foi realizada cobertura midiática sobre o referido assassinato sem autorização da família. O ponto de partida do trabalho está centrado nos territórios do Vicente Pinzon, Grande Bom Jardim e Barra do Ceará.

Segundo levantamento da Rede Acolhe, 77,3% das famílias já visitadas em 2017 não conhecem o inquérito que investiga o assassinato do integrante da família, mas 81,8% afirmam ter vontade de acompanhar o andamento do processo. Pesquisa feita pelo CCPHA e divulgada no relatório Cada Vida Importa aponta que apenas 2,8% dos 1.524 processos de homicídios de adolescente entre 2011 e 2015 foram concluídos, resultando na responsabilização dos agressores.

O cenário identificado pela pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência em 2016 foi de “abandono” institucional das famílias dos adolescentes assassinados. Dados da Rede Acolhe corroboram essa realidade, uma vez que 72,7% das famílias visitadas em 2017 responderam que não receberam nenhuma visita de serviço público após a perda familiar. A presença da religião e da rede comunitária, contudo, é mais recorrente: 45,5% afirmam que tiveram apoio de entidade religiosa ou da comunidade.

A experiência da Rede Acolhe tem sido uma amostra de atendimento intersetorial às famílias vítimas de violência. “Por isso, o nome Rede

Acolhe. A iniciativa, a princípio, chamava-se projeto Acolhe. Quando começamos a desenvolver a metodologia, percebemos que a Defensoria não conseguiria atender sozinha todas as demandas trazidas pelas famílias. Era necessário articular uma rede interna envolvendo os diversos núcleos da Defensoria Pública, mas contar, sobretudo, com a rede de serviços públicos e de instituições da sociedade civil que atuam nos territórios onde vivem essas famílias”, explica Thiago de Holanda.

A Rede Acolhe desenvolve uma articulação intersetorial dos serviços a partir das demandas apresentadas pelas famílias. Segundo Jéssica Cavalcante, psicóloga do programa, essa estratégia, que já é utilizada pela rede pública de Saúde, objetiva articular a rede local de equipamentos governamentais e não governamentais com a intenção de responsabilizar os órgãos públicos para o atendimento das demandas dos familiares: assistência jurídica, acompanhamento prioritário das políticas de Assistência Social e Saúde Mental e fortalecimento comunitário.

A ideia é que o equipamento de referência para a família dentro da comunidade atue como gestor do caso. Exemplo desse acompanhamento às famílias é a identificação de crianças e adolescentes que abandonam o ambiente escolar após o assassinato de um familiar. Quando reconhecida a situação de abandono escolar pela Rede Acolhe, a escola é notificada a tomar providências para que o aluno retorne à escola. Essa notificação se estende ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para a inclusão da família no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Das famílias já atendidas pela Rede Acolhe, 27,3% alegam que outros adolescentes do núcleo familiar evadiram a escola após o assassinato de um parente.

Além do “abandono institucional” vivenciado pelas famílias vítimas de homicídio, outras violações permeiam esse contexto de violência. As ameaças de morte são muito frequentes entre as famílias atendidas pela Rede Acolhe. Numa outra etapa da metodologia, a equipe psicossocial analisa

os casos em parceria com os defensores públicos designados para acompanhar o programa. Nesse momento são analisadas, sobretudo, as questões relacionadas à segurança e proteção das famílias. “Quando chega um caso de ameaça, são articulados os encaminhamentos para os programas de proteção ou buscamos outras formas de proteção das famílias”, explica Cibelle Dória, assistente social da Rede Acolhe. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM) já foi acionado em três momentos.

A análise do andamento das investigações dos homicídios e os encaminhamentos dos processos criminais também são discutidos com os defensores públicos. Um levantamento rigoroso da situação processual dos homicídios é realizado para subsidiar a equipe técnica no repasse das informações às famílias. O acompanhamento do inquérito e do processo, por parte da Defensoria Pública, dependerá do interesse da família em acompanhar e buscar por justiça.

Atualmente, a Rede Acolhe tem articulado a quarta etapa do programa, que constituirá uma rede de atenção psicológica para as mulheres que tiveram os filhos assassinados, uma vez que elas passam por um elevado nível de adoecimento e sofrimento por conta dessas tragédias pessoais. Com a estruturação dessa rede terapêutica para as famílias, a Defensoria Pública espera finalizar a estruturação metodológica do programa e vai buscar a ampliação do atendimento para outras regiões do Estado.

Protocolo garante acompanhamento às famílias de adolescentes assassinados

Outra articulação desenvolvida pelo CCPHA na disseminação das recomendações é a construção da proposta do Protocolo de Atenção Integral às Famílias Vítimas de Violência. A articulação com a Secretaria da Saúde do Ceará foi o marco inicial do processo que envolveu outros órgãos e instituições.

A linha de cuidados aos adolescentes

A linha do cuidado integral dos adolescentes e jovens do Ceará é uma iniciativa da Secretaria Estadual da Saúde (SESA), por meio do Núcleo de Saúde da Mulher, Adolescente e Criança (NUSMAC), que teve como um dos seus parceiros o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência em relação à inclusão do tema de prevenção e redução dos homicídios na adolescência e dos agravos resultantes dessas mortes. A SESA, ao apresentar essa linha de cuidado, reconhece a importância da proteção à vida de adolescentes e jovens na faixa etária de 10 a 24 anos de idade, considerando as vulnerabilidades sociais a que estão submetidas parte dessa população.

A contribuição do CCPHA é centrada no incremento de dados para a contextualização da problemática da violência e dos homicídios no Ceará, exemplificada por meio das altas taxas de homicídio na adolescência nos últimos anos. Na estratificação de risco proposta pelo documento, a linha de cuidados leva em consideração alguns indicadores do Comitê, como o agravamento das situações de vulnerabilidade da família após a morte de um adolescente, a saída da escola e as situações de ameaças vividas pela família ou rede de amigos do adolescente. Espera-se que essa iniciativa se transforme em prática cotidiana dos profissionais que compõem a rede de saúde em todos os níveis de atenção.

O protocolo representa uma estratégia metodológica para orientar e articular as instituições no atendimento às famílias vítimas de violência.

A continuidade das visitas sociais às famílias de jovens assassinados é salutar para se entender o cenário de violência em que os adolescentes estão inseridos, bem como as rápidas mudanças que os territórios cearenses, especialmente em Fortaleza, têm vivenciado. “As visitas sociais devem retroalimentar os dados do Comitê a partir dos indicadores levantados. Um aspecto é central nesse processo: proteção à família e à rede de amigos dos adolescentes assassinados para evitar novas mortes”, expõe o coordenador do escritório do UNICEF no Ceará, Rui Aguiar.

O modelo do protocolo intersetorial que vem sendo desenhado na Capital atribui à Perícia Forense do Estado (Pefoce) o passo inicial para o funcionamento do fluxo, por meio da identificação e cadastro das famílias, pois é o primeiro local procurado por pessoas cujos parentes foram assassinados. Em seguir, a Pefoce deve notificar o Centro de Referência à Vítima de Violência (CRAVV), que acionará as redes a depender das demandas identificadas, além de acompanhar o andamento dos processos. Para isso, tanto Pefoce como CRAVV precisam ter suas equipes reforçadas com profissionais da área psicossocial.

A proposta é que, com a formação de comitês territoriais para acompanhar esses casos, cada processo seja monitorado por um gestor da política local, dando celeridade na identificação das demandas. “A ideia de gestão de caso seria identificar os gargalos. Se tenta focalizar no caso de homicídio, é possível prevenir, porque começa a identificar as redes de família, de amigos, o bairro, o território”, pontua o sociólogo Benjamim Lucas.

Com a estruturação de comitês territoriais, esses processos devem ser repassados para a Rede Acolhe, que prestará assistência jurídica necessária ao caso. As famílias também podem ser encaminhadas a programas de proteção, como o PPCAAM e o Programa de Proteção a Vítimas

e a Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará (Provita), além do CRAVV.

Em um primeiro momento, o protocolo baseia-se em Fortaleza, mas, a partir da execução e resultados obtidos na Capital, poderá ser replicado nos demais municípios por meio do envolvimento dos gestores locais e profissionais das redes da Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e Sistema de Justiça e a sociedade civil organizada, em um protocolo intersetorial de atenção integral às famílias de adolescentes vítimas de homicídios e de adolescentes vítimas de tentativa de homicídio. A maioria das famílias que sofreu violência letal, aponta o sociólogo Thiago de Holanda, não tem acesso aos serviços públicos. Dessa forma, é necessária uma “busca ativa” às pessoas que deveriam ser atendidas por essa infraestrutura.

Políticas públicas para prevenir homicídios na adolescência

O Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA) foi contemplado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o “Projeto Luta Viva: enfrentamento aos homicídios na adolescência”. A iniciativa visa fortalecer o conhecimento e implementação das 12 recomendações elaboradas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. “O Fórum DCA acredita que o enfrentamento ao assassinato de adolescentes é uma questão de grande urgência e que os movimentos sociais e o governo têm sido muito pautados na temática graças às ações do Comitê”, aponta David Araújo, integrante do Fórum representando a Fundação Marcos Bruin.

Sinais de alerta

1. AUSÊNCIA ESCOLAR – o abandono escolar aparece como um sinal de alerta para o aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Seis das sete cidades visitadas na pesquisa do CCPHA (Horizonte, Eusébio, Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Juazeiro do Norte), com exceção de Sobral, apresentaram taxas superiores a 60% de adolescentes mortos que estavam há pelo menos seis meses fora da escola. Nesse sentido, propõe-se a busca ativa aos estudantes que abandonaram as escolas.

2. REDE DE AMIGOS EM RISCO – os amigos dos adolescentes assassinados são vítimas em potencial da violência letal. Segundo dados do relatório Cada Vida Importa, 64% dos meninos mortos em Fortaleza tiveram amigos assassinados. No Eusébio, a porcentagem chega a 75%.

3. ADOLESCENTES AMEAÇADOS – muitos dos conflitos nos quais os adolescentes estão imersos podem resultar, efetivamente, em confrontos violentos, ameaças e homicídio. Em Fortaleza,

53% dos adolescentes já haviam sido vítimas de ameaça antes de morrer. O índice sobe para 60% em Caucaia.

4. VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS – No conjunto de casos visitados pela pesquisa, evidenciou-se que grande parte dessas mulheres foram mães muito jovens. Mais de 50% das entrevistas, em seis das sete cidades pesquisadas, com exceção de Juazeiro do Norte, afirmaram que as mães tiveram filhos ainda adolescentes, tornando-se elas próprias mais vulneráveis, assim como seus filhos.

5. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS INEFICIENTES – Foram identificadas diferenças substanciais entre os percentuais dos adolescentes mortos que cumpriram algum tipo de medida socioeducativa, variando de 73% em Caucaia a 13% no Eusébio. O cenário verificado é que o cumprimento dessas medidas – quando executadas de maneira ineficiente – pode resultar em uma maior vulnerabilização desses jovens ao homicídio.



Ilustração: Rafael Limaverde

REDE ACOLHE

A Rede Acolhe é um programa da Defensoria Pública do Estado que promove assistência jurídica e psicossocial aos familiares das vítimas de assassinato e de tentativa de homicídio. Familiares de vítimas de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e vítimas de tentativa de homicídio podem ser atendidos pelo programa.

Endereço: Rua Auristela Maia Farias, 1112, bairro Engenheiro Luciano Cavalcante – sede do Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e às Vítimas de Violência (NUAPP), ao lado do prédio da Defensoria Pública Geral.

Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

Gestores recebem recomendações para reduzir homicídios na adolescência

O CUMPRIMENTO das 12 recomendações para prevenir assassinatos de adolescentes no Ceará, produzidas a partir de evidências do cenário no qual aqueles jovens estavam inseridos, envolve esforço intersetorial que perpassa poder público, empresas do setor privado, sociedade civil e instituições de direitos da criança e do adolescente. Na segunda fase de atuação do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o trabalho está centrado no acompanhamento dessas medidas na esfera do poder público, especialmente prefeituras municipais.

Embora a segurança pública seja encarada tradicionalmente como função dos governos estaduais, o relatório Cada Vida Importa, elaborado pelo Comitê em 2016, aponta para a necessidade de envolvimento das gestões municipais com o tema, uma vez que a violência deve ser enfrentada pela lente da prevenção, desconstruindo a ideia de que políticas (e polícia) ostensivas de segurança solucionarão esse imbróglio.

Na tentativa de estreitar o diálogo com os prefeitos municipais, o Comitê vem articulando agendas com esses gestores para inserir o poder público municipal nessa força-tarefa para prevenir essas mortes precoces no Estado.

No dia 2 de maio, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência apresentou a um grupo de prefeitos do Ceará o relatório Cada Vida Importa, enfatizando as 12 recomendações para prevenir o assassinato de jovens no Estado. Ao final do evento, sediado no plenário da Assembleia Legislativa, o vice-presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Nilson Diniz, assinou uma carta em que a entidade se compromete a difundir as 12 recomendações aos 184 municípios cearenses.

Também compareceram ao encontro, além de prefeitos e deputados estaduais, a vice-governadora do Estado e coordenadora do programa Ceará Pacífico, Izolda Cela; a desembargadora Vilauba Lopes, da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ); um dos coordenadores do Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, David Araújo; a representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará



No início de maio, o CCPHA apresentou aos prefeitos cearenses o conjunto de recomendações para prevenir homicídios de adolescentes. Foto: Máximo Moura

(CEDCA), Mônica Gondim; o coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, Rui Aguiar; e a estudante Amanda Clécia Nascimento, do Movimento de Engajamento Político (MEP), vinculado à instituição O Pequeno Nazareno.

O relator do Comitê, deputado Renato Roseno, apresentou aos prefeitos um resumo dos dados e evidências do relatório. “Queremos reafirmar a ideia de que o adolescente não fez por onde (morrer). É preciso superar isso”, ressaltou, acrescentando que, antes de morrer, os adolescentes já eram invisíveis socialmente, pela situação de vulnerabilidade e ausência de políticas sociais. Das 12 recomendações listadas pelo Comitê, 10 estão relacionadas às competências das gestões municipais.

Renato Roseno citou o fenômeno de migração da violência das grandes cidades para municípios de pequeno e médio porte. De acordo com o deputado, as prefeituras podem atuar – em diálogo com comunidade, jovens e conselhos de defesa da criança e do adolescente – por meio de mecanismos das administrações municipais que já existem formalmente. “Toda a prevenção pode ser feita mobilizando a rede já existente. Não estamos propondo redes novas”, destacou. “Prefeito, você tem a opção de ser o tempo da mudança, porque o novo sempre vem”, concluiu, citando trecho da letra do músico cearense Belchior.

Dez das 12 recomendações estão diretamente relacionadas às competências das prefeituras municipais

A adolescente Amanda Clécia Nascimento, do Movimento de Engajamento Político (MEP), pediu ação efetiva dos representantes do poder público, ressaltando que não suporta mais vivenciar a perda de colegas e familiares por conta da violência. “Para mim, já se tornou normal cruzar com o assassino de um colega. Já perdi amigos, primos. Não podemos colocar mais esse relatório na gaveta, cada prefeito precisa fazer a mudança”, reivindicou a jovem.

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, comentou os dados do relatório que evidenciam a relação entre mortes de adolescentes em locais que acumulam diversos fatores de vulnerabilidade social, como incidência de doenças crônicas e ausência de saneamento básico. O gestor detalha que estudos para a elaboração do Plano Fortaleza 2040 confirmam os dados levantados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

“O grande desafio – e eu tenho mais perguntas do que respostas – é concentrar essas iniciativas com a própria comunidade. E a segunda é pensar a abordagem para esses jovens que já perderam todos os laços com a família e com a comunidade”, disse, referindo-se a ações culturais e esportivas, como incentivo a atividades relacionadas ao hip-hop e capoeira.

A vice-governadora Izolda Cela, que já foi secretária da Educação do Ceará, reforçou que “só teremos alguma perspectiva de vitória se trabalharmos articulados”. Ela apontou que a ação deve envolver diversas frentes, levando em conta a complexidade do problema. “A Assembleia, no seu protagonismo, oferece um produto muito relevante. Um material como esse é rico para pautar o que deve ser a nossa sequência de ações”, opinou.

O que as prefeituras podem fazer para reduzir homicídios de adolescentes?

- Atendimento às famílias vítimas de violência
- Ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável ao homicídio
- Qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios
- Busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar
- Prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias
- Mediação de conflitos e proteção de pessoas ameaçadas
- Atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas em meio aberto
- Oportunidade de trabalho e renda
- Controle de armas de fogo e munições (criar campanhas e iniciativas para entregas voluntárias de armas e munições)
- Mídia sem violações de direitos (não financiar programas que violem direitos humanos)

Prefeitura de Fortaleza cria comitê executivo de prevenção de homicídios na adolescência

INAUGURANDO a sequência de agendas com os gestores municipais, integrantes do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência se reuniram, no dia 5 de julho, com o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e secretários municipais para discutir ações conjuntas que resultem na prevenção de mortes de adolescentes. Acolhendo as reivindicações apresentadas no encontro, o gestor municipal concordou com a instituição de um comitê executivo municipal sobre o tema, que foi oficializado em outubro de 2017, com a criação do Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CEMPHA).

Hoje, Fortaleza é a capital com o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). “Vamos elaborar um plano municipal, a partir de uma proposta de lei que será enviada à Câmara Municipal, com metas de redução de homicídios de adolescentes ao longo dos anos. É uma grande oportunidade para explorar um conjunto de medidas. Por isso, vamos fazer um projeto-piloto para lançar ações concretas na prevenção da violência em bairros específicos”, declarou o prefeito.

O relator do Comitê, o deputado estadual Renato Roseno, explicou que a gravidade do problema requer a mobilização de lideranças engajadas na temática. Ele citou o exemplo da cidade de Medellín, na Colômbia, que conseguiu reduzir drasticamente os índices de violência após a execução de políticas municipais.

O coordenador do UNICEF no Ceará, Rui Aguiar, apontou que parte das 12 recomendações elaboradas no relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência está totalmente relacionada à Prefeitura. Ressaltou também a relevância do comitê municipal em Fortaleza como modelo a ser replicado nas outras oito capitais do Nordeste. Dados levantados



O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, anunciou a criação do Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência. Foto: Kiko Silva

pelo Comitê apontam para uma “nordestinação da violência”, uma vez que a região lidera os índices de homicídios no Brasil.

Além da criação do comitê municipal, o prefeito Roberto Cláudio assegurou a execução de outras ações em âmbito municipal: a definição de uma meta de redução de homicídios de adolescentes para os próximos anos, um plano piloto de ações de prevenção de homicídios na Capital e a formalização de um protocolo intersetorial entre instituições, que já está em fase de construção, com articulação do CCPHA. “Ao se reduzir a vulnerabilidade do adolescente, se reduz a exposição dele à violência”, concluiu o prefeito.

O coordenador do serviço de epidemiologia da Secretaria de Saúde de Fortaleza, Antonio Lima, que colaborou com a coleta de dados e discussões durante a elaboração do relatório, apresentou um levantamento comparativo dos homicídios nos territórios da Capital.

Dentre as recomendações relacionadas às prefeituras, estão incluídos protocolo intersetorial

(saúde, assistência e segurança) de atenção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio; ações de prevenção por meio de programas e projetos que foquem na rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados; a busca ativa pelo monitoramento da frequência escolar aos meninos e meninas que deixaram a escola; programas de atendimento aos adolescentes com oficinas artísticas, culturais e esportivas; e cooperação da sociedade civil com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas em meio aberto.

O processo de construção do comitê municipal está sendo conduzido pela Coordenadoria de Juventude da Capital, liderada pelo secretário Júlio Brizzi, que participou da reunião. O encontro, que ocorreu no gabinete do prefeito de Fortaleza, contou ainda com presença dos secretários municipais de Cultura, Evaldo Lima, e de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Combate à Fome, Elpídio Nogueira.

Prefeitura de Sobral avança em projetos de prevenção de homicídios na adolescência

O RELATÓRIO do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foi um dos documentos que influenciaram a implementação da Política Municipal de Prevenção da Violência da gestão municipal de Sobral. O atual prefeito da cidade, Ivo Gomes, presidiu, em 2016, quando era deputado estadual, o colegiado durante a realização da pesquisa que resultou no relatório Cada Vida Importa.

A atenção dada à problemática, de acordo com a Prefeitura Municipal de Sobral, repercutiu na criação de uma Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) de Prevenção de Violências na Adolescência, vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SDHAS), que tem contribuído para a compreensão, registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados aos homicídios entre adolescentes, em especial de 11 a 15 anos de idade, incidentes sobre os territórios mais vulneráveis.

Também está sendo criado o Observatório da Violência de Sobral, com foco na sistematização e análise das informações e indicadores que contribuem para elaboração e atualização permanente do Diagnóstico das Violências e Vulnerabilidades no município, constituindo a “retaguarda” das ações territoriais de redução dos índices do fenômeno violência.

A gestão municipal de Sobral tem desenvolvido planos setoriais de prevenção da violência, envolvendo estratégias e sugestões relacionadas à prevenção de homicídios que perpassam as várias secretarias, desde a readequação de calçadas e iluminação pública até comitês territoriais de estudos de mortes violentas em cada bairro.

A ideia é pautar a intersetorialidade efetiva e corresponsabilização de gestores e comunidade, a exemplo do Comitê Gestor de Prevenção da Violência, composto por secretários, prefeito e vice-prefeito e representantes do programa Ceará Pacífico, e do Comitê Territorial.

Outra atividade em andamento é a Célula de Estudos de Mortes Violentas, que provoca gestores públicos e outras instituições que tiveram contato mais próximo com o jovem vítima de homicídio a pensar conjuntamente modos de atuação pautados na evitabilidade de mais mortes violentas.

Tais intervenções ocorrem no território piloto, que abrange três bairros (Vila União, Terrenos Novos e Residencial Nova Caiçara) com impetuosas marcas de violência registradas nos índices apresentados pelo relatório Cada Vida Importa. Dessa maneira, tem sido pensada a execução de tecnologias sociais a serem replicadas nos demais territórios de intervenção. A Prefeitura de Sobral cita a articulação com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para o investimento em projetos com objetivo de prevenção e redução de violência entre jovens.

A partir da recomendação nº 3 do CCPHA, o município define um marco de atuação ao estabelecer o território piloto como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), oferecendo base para a criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Regularização Fundiária.

Ao lado da Coordenadoria da Juventude, a Escola de Artes e Ofícios e a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, a UGP de Prevenção de Violência na Adolescência tem realizado atividades em escolas, CRAS e espaços públicos voltados para a prática da redução de danos como ferramenta de aproximação e atuação junto aos jovens. Diante disso, a interlocução entre a rede de acompanhamento dos jovens vem sendo afinada para uma abordagem não criminalista.

O território piloto de trabalho em Sobral apresenta vida comunitária conflituosa, a exemplo do que o relatório apresenta nas evidências. Assim, a identificação de conflitos pessoais e dinâmica de grupos rivais é traçada como estratégia de intervenção, tendo em vista a mediação de conflitos ou até mesmo o acionamento de serviços do Estado, como o Programa de Proteção a Crianças

e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Nesse cenário, o município tem apoiado atividades culturais valorizando autonomia e diversidade de linguagens artísticas realizadas por jovens.

Voltando-se para a evidência de insuficiência do atendimento socioeducativo, a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social tem estabelecido diálogo próximo com instâncias jurídicas relacionadas ao atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas. O pacto de reorientação do fluxo que o jovem vai percorrer relacionado à sua infração estabelece mecanismos para melhor atuar no acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas da rede do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em meio aberto (Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida Comunitária).

A cada macroatividade proposta com os jovens, o sistema de segurança do município vem sendo convocado para partilhar das discussões a respeito do cuidado nas abordagens policiais. Isso tem sido traçado como forma de envolvimento desse setor com políticas para o público juvenil e aproximação com tais sujeitos, pois o município apresenta número relevante de antecedência de violência policial. Os homicídios ocorridos entre os jovens vêm sendo realizado com armas de fogo. Segundo a Prefeitura de Sobral, o município vem pensando estratégias e realizando monitoramento, por meio de blitzes, mais intensivo para apreensão de armas de fogo com intuito do controle de armas de fogo e munições.

A parceria que a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social estabelece com a vice-governadoria, por meio do Ceará Pacífico, vem delineando as ações do município, fornecendo apoio técnico-metodológico e institucional e monitoramento das ações municipais direcionadas à prevenção de violência na adolescência por meio do GEAP (Sistema de Gestão de Ações Prioritárias).

Comitê se reúne com gestores de Maracanaú

NO MÊS DE OUTUBRO, o prefeito de Maracanaú, Firmo Camurça, participou de reunião na sala do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Este foi o segundo encontro entre os integrantes do CCPHA e os gestores do Município. No início de agosto, a equipe do Comitê participou de reunião na Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, com presença de secretários municipais e integrantes da gestão local, ocasião em que foram apresentadas as 12 recomendações para prevenir homicídios de adolescentes. “Estamos trabalhando em políticas públicas baseadas em evidências”, afirmou o deputado Renato Roseno.

O parlamentar salientou a importância de Maracanaú nas ações de prevenção, considerando que aproximadamente 75% dos assassinatos estão concentrados em apenas sete cidades do Estado. “A prevenção é mais importante do que a repressão. Agora, após a finalização da pesquisa, estamos dando uma devolutiva aos municípios”, disse.

Maracanaú ocupa a sétima posição entre as cidades com mais de 200 mil habitantes no último Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), com taxa de 9,95 por mil adolescentes. “Os homicídios em Maracanaú não acontecem de forma homogênea. As mortes ocorrem em lugares concentrados, em áreas

de vulnerabilidade”, ressaltou o coordenador da equipe técnica do Comitê, Thiago de Holanda.

O prefeito Firmo Camurça garantiu que se reunirá com a equipe da gestão municipal para acolher o que foi apresentado nas recomendações e prometeu manter o diálogo aberto com o CCPHA”.



Em outubro, o prefeito de Maracanaú, Firmo Camurça, visitou a sede do CCPHA acompanhado do secretariado do município. Foto: Lorena Alves

Prefeito de Caucaia recebe recomendações do CCPHA

O DEPUTADO Renato Roseno se reuniu, no dia 6 de setembro, com o prefeito de Caucaia, Naumi Amorim, e o secretariado do Município para apresentar o relatório Cada Vida Importa e as 12 recomendações para prevenir homicídios de adolescentes. Caucaia está entre os municípios onde mais morrem jovens de 10 a 19 anos no Estado e foi uma das sete cidades visitadas pelo colegiado da Assembleia durante pesquisa de campo no ano passado.

Renato Roseno explicou que, nesta segunda fase de atuação, o Comitê tem apresentado uma resposta aos prefeitos dos municípios envolvidos na pesquisa para ofertar e acompanhar o cumprimento de medidas que tenham como meta a redução de assassinatos de adolescentes. “O debate sobre a segurança pública é muito injusto, porque se coloca sobre ela o peso de resolver a ausência de todas as outras áreas”, apontou o parlamentar.

Segundo o deputado, as prefeituras têm papel central na execução de políticas para prevenir homicídios na juventude. “Quem está mais perto do cidadão é a prefeitura, é o agente de saúde, o guarda municipal, o assistente social”, exemplificou. A recomendação número 3 do Comitê aponta para a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios. “Onde tem mais problema social é onde ocorre mais violência”, destacou Roseno.

O coordenador da equipe técnica do Comitê, Thiago de Holanda, citou o protocolo intersetorial que vem sendo articulado em Fortaleza para identificar e chegar às famílias vítimas de violência letal. “O protocolo desenhado em Fortaleza pode ser replicado em Caucaia”, sugeriu.

O prefeito de Caucaia, Naumi Amorim, acolheu as recomendações do Comitê e garantiu que vai mobilizar a gestão municipal para desenvolver um plano de ações locais com foco no tema. A proposta é que a iniciativa



O deputado Renato Roseno apresentou o relatório Cada Vida Importa ao prefeito de Caucaia, Naumi Amorim, e o secretariado do Município. Foto: Lorena Alves

seja liderada pelo Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM), cujo gestor é o próprio prefeito.

Também estavam presentes na reunião os secretários municipais de Saúde, Moacir Soares; Educação, Lindomar Soares; Turismo e Cultura, Paulo Guerra; Governo e Articulação Política, Erika Amorim; Desenvolvimento Social, Danielle Nascimento; Segurança Urbana e Tecnologia, Diogo Gomes, além da subcomandante da Guarda Municipal, Lívia Pimenta, o diretor de Juventude da Secretaria de Esporte e Juventude, Berg Alcântara, e a técnica do CCPHA Daniele Negreiros.

Juventudes se mobilizam contra extermínio de adolescentes

DIALOGANDO COM as recomendações do relatório Cada Vida Importa, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) tem priorizado agendas de mobilização das juventudes no Estado. As ações envolvem trabalho em parceria com coletivos, movimentos sociais, escolas e igrejas, pautando a desnaturalização dos assassinatos de adolescentes e sensibilizando a comunidade sobre as mortes desses jovens.

No primeiro semestre de 2017, dezenas de escolas de Fortaleza e instituições de ensino do Estado foram visitadas por integrantes do Comitê na tentativa de mobilizar o corpo docente e discente sobre a temática. Na maioria dessas atividades, a equipe do Comitê esteve acompanhada por jovens que se organizam em coletivos, como Servilost e Natora, ou atuam de maneira independente e dialogam com os estudantes sobre as recomendações do relatório, principalmente aquelas referentes ao ambiente escolar, como a necessidade de uma busca ativa aos meninos e meninas que evadiram a escola.

O relatório Cada Vida Importa aponta a estreita relação entre o abandono escolar e o assassinato de adolescentes. Em Fortaleza, 73% dos jovens de 10 a 19 anos que morreram em 2015 estavam fora da escola há pelo menos seis meses. Em Horizonte, o índice atinge 89%. “Nós estamos sensibilizando os professores nas escolas para que se entenda que o menino que cumpre medidas socioeducativas e está fora da escola é muito vulnerável ao homicídio”, explica o arte-educador e articulador comunitário Joaquim Araújo, integrante do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Resultado de articulação entre CCPHA, programa Ceará Pacífico, Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR) e gestores escolares, foi criado neste ano o Fórum das Escolas Estaduais do Grande Bom Jardim, com participação de 12 escolas da rede pública estadual. “A gente provocou o corpo docente para saber o que poderíamos fazer enquanto escola, porque foram nove mortes (de adolescentes) em 25 dias só no território do Grande Bom Jardim”, explica o arte-educador, referindo-se ao mês de junho de 2017.



Atividade articulada pelo Comitê reuniu jovens no Cuca Jangurussu para discutir a criação de um fórum de mobilização em Fortaleza. Foto: Lorena Alves

Outra agenda que vem sendo realizada pela equipe de mobilização do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é uma “pauta positiva” nas escolas onde estudavam jovens assassinados em Fortaleza, que inclui apresentação das recomendações do relatório Cada Vida Importa e articulação com a SEFOR e o Ceará Pacífico para intensificar apoio pedagógico nessas instituições de ensino.

O relator do Comitê, deputado Renato Roseno, também tem participado de eventos em escolas e institutos de ensino para apresentar as recomendações para reduzir o número de assassinatos de adolescentes. Em agosto, ele conversou com estudantes do ensino médio profissionalizante dos cursos de Metalurgia, Eletroeletrônica e Petroquímica do Instituto Federal do Ceará (IFCE) de Caucaia.

O relator apresentou aos estudantes o trabalho do colegiado em acompanhar o cumprimento das

recomendações no Estado. Abandono escolar, circulação de armas de fogo, sensação de injustiça e assentamentos precários foram alguns dos temas abordados pelo parlamentar. “As mesmas áreas com risco sanitário e de saúde são as áreas com maior número de homicídios”, disse, acrescentando que a maioria dos jovens assassinados morreu perto da casa onde moravam, uma média de 400 metros de distância. Ele também abordou a migração de homicídios para a região Nordeste, que hoje lidera o ranking de mortes violentas no País.

Fóruns de juventudes

A expectativa é que, nos próximos meses, seja concretizada a criação de um fórum de juventudes no Ceará, por meio da mobilização iniciada em parceria com os coletivos juvenis. Em junho, a equipe técnica do Comitê participou da programação do Fórum de Juventudes do Grande Bom Jardim, colaborando com falas que

contextualizavam a violência contra adolescentes e jovens no Estado. No evento, também foram apresentados os mapas sensoriais de participação por meio dos representantes dos Jovens Agentes da Paz (JAP), das escolas e do Grande Bom Jardim.

O Comitê também mobilizou, em julho, mais de 20 coletivos de diversos territórios da Capital para atividade no Cuca Jangurussu com o propósito de pensar uma agenda coletiva de mobilizações na cidade. A proposta é abrir diálogo e promover ações, por meio da cultura e arte, visando sensibilizar setores da sociedade e do poder público sobre a implementação de políticas públicas necessárias para prevenir homicídios de adolescentes. Após o encontro, o grupo iniciou um ciclo de reuniões para discutir a organização dessas atividades.

Os coletivos e articuladores das juventudes têm promovido atividades como saraus, rolezinhos e eventos temáticos nas comunidades abordando as problemáticas locais. “A atual

mobilização que se dá dentro das comunidades se propõe a fazer daquele território um local melhor para se viver e também tem o intuito de juntar todos para construir ações reais”, explica Leonardo Silva, do Coletivo Tentalize. “Se mobilizar contra o extermínio na adolescência se encaixa em todas essas atividades citadas, em que a juventude, por meio de sua mobilização, se encontre, levando e debatendo suas atuações e pautas, principalmente contra o extermínio na adolescência e juventude”, complementa.

Em agosto, integrantes do CCPHA facilitaram três oficinas na I Conferência Livre de Juventudes de Itapiúna, a convite do Centro de Apoio à Criança (Ceacri), organizadora do evento: “O extermínio das juventudes”, “Incidência em políticas públicas de segurança para as juventudes” e “Segurança e cultura de paz”. A conversa com os adolescentes foi pautada nas 12 recomendações para reduzir homicídios de jovens de 10 a 19 anos.



Integrantes do CCPHA facilitaram, em agosto, oficinas na I Conferência Livre de Juventudes de Itapiúna . Foto: Lorena Alves



Em julho, a Open Society Foundations se reuniu com o CCPHA e visitou a sede da ONG CDVHS, no Bom Jardim . Foto: Lorena Alves

Durante o encontro, os integrantes do Comitê entregaram o relatório Cada Vida Importa ao prefeito do Município, Dário Coelho. “A prevenção, mais do que nunca, é necessária nesse momento para que os jovens não sejam atraídos pelo crime organizado”, destacou Thiago de Holanda, coordenador da equipe técnica do Comitê, lembrando que o fácil acesso às armas de fogo está inserido nesse contexto de violência crescente.

O sociólogo Benjamim Lucas, integrante do CCPHA, discutiu com os adolescentes a necessidade de mudança na abordagem policial, uma vez que a maioria dos jovens assassinados havia sofrido algum tipo de violência policial. “É preciso pensarmos uma polícia menos ostensiva e mais humanizada”, ressaltou. O teólogo e articulador comunitário do Comitê, Jamieson Simões, defendeu a mobilização por uma campanha voluntária

de entrega de armas. “A paz não é apenas um sentimento, é ter dignidade na prática”, apontou. Ao final das oficinas, foram encaminhadas sugestões, aprovadas na plenária do evento, que serão enviadas à gestão municipal na tentativa de influenciar políticas públicas.

O processo de mobilização para desnaturalizar o alarmante número de mortes violentas de adolescentes perpassa variadas esferas sociais. Nesse sentido, as instituições religiosas também têm sido convidadas a se apropriar da temática da violência contra adolescentes. “A ideia é convidar a igreja para assumir esse papel de mediar conflitos na comunidade. Por natureza, a igreja pode fazer isso e tem respaldo da comunidade. A igreja pode despertar para esse papel”, defende Jamieson Simões.

Relator do Comitê apresenta na Suécia índices de homicídios de jovens do Ceará

O **DEPUTADO** estadual Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, participou, no mês de junho, do Simpósio de Criminologia de Estocolmo, na Suécia, apresentando os dados de homicídios de adolescentes no Ceará. Os números causaram grande impacto aos especialistas de outros países. De 2011 a 2015, 4.410 adolescentes foram mortos no Estado.

Durante o encontro, o parlamentar conversou com pesquisadores das Américas e da Europa sobre a possibilidade de acordos de parceria. “Nós dividimos a mesa com uma experiência australiana e outra francesa sobre diagnósticos de causas de homicídios. Obviamente, os nossos números são impactantes, porque são muito maiores. E eles causam uma gigantesca curiosidade sobre por que o Brasil é um país que mata tanto”, explica Roseno.

Neste ano, o simpósio de criminologia – que tem grande relevância na Europa e chega a influenciar a elaboração de políticas públicas – discutiu, com maior ênfase, a prevenção e as causas dos homicídios no mundo. “O simpósio de criminologia na Suécia é muito importante, sobretudo para a Europa. E é muito importante ter uma mesa com um painel latino-americano. Neste ano, eles fizeram um apanhado e tinha uma mesa sobre causas de homicídios, é muito importante que o evento tenha colocado esse debate nas mesas”, aponta o relator.

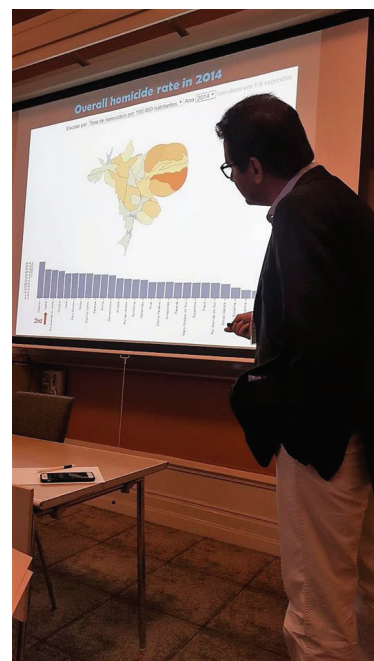
Apesar do avanço das discussões sobre as motivações para os crimes letais intencionais em âmbito internacional, a diversidade socioeconômica dos países complexifica esse estudo. Só para exemplificar essas diferenças, o Brasil ainda está imerso em um contexto de vulnerabilidades e desigualdades que países como Suécia, que sediou o simpósio, já superaram há décadas. A cada edição, o Simpósio de Criminologia de Estocolmo prioriza uma tendência de estudo. Neste ano, o viés em evidência foi o de intervenção precoce, a necessidade de trabalhar precocemente com as possíveis causas de conflitos criminais.

“Para os países do Norte, sobretudo do Norte da Europa, isso tem uma expressão que não é a nossa. Eles não têm tantas causas, tantas lacunas sociais a preencher como nós temos, não conseguimos universalizar a educação infantil, por exemplo. A gente estava em um país que universalizou a educação infantil há décadas. Quando falamos em intervenção precoce, estamos falando de outra coisa. Não podemos trasladar realidades distintas”, avalia Renato Roseno.

A continuidade de pesquisas de longo prazo em países da Europa e América do Norte também possibilita uma avaliação mais densa sobre a estrutura social da região estudada. O deputado Renato Roseno cita pesquisas desenvolvidas no Canadá que acompanham grupos de indivíduos pelo prazo de 30 anos para traçar uma avaliação comportamental complexa sobre as trajetórias daquelas pessoas.

“Eles têm capacidade de acompanhar grupos que a gente não tem. E temos determinantes sociais reflexo de desigualdades que eles não têm mais, por isso a nossa abordagem é mais voltada a olhar as estruturas sociais. Como nossos indicadores estão em escalas muito grandes, não dá para olhar esse fenômeno como exclusivamente de variáveis não estruturais. O número de homicídios é tão pequeno (na Europa) que eles utilizam outras variáveis que nós não utilizamos. Para eles, esse número é muito grande. Para nós, muito pequeno”, compara Renato Roseno.

O relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência ressalta, ainda, a relevância de projetar o Nordeste brasileiro em eventos internacionais, uma vez que a maior parte das pesquisas está concentrada nos eixos Sul e Sudeste. “O fato de a gente sair do Nordeste do Brasil e permitir um conjunto de contatos com universidades americanas e europeias é bom, porque a literatura de homicídios no Brasil está muito concentrada em São Paulo e Rio. É importante a gente colocar o Ceará no circuito internacional, temos que produzir uma literatura sobre homicídios e políticas públicas baseada nesse conhecimento sobre homicídios”, opina.



Em junho, o deputado Renato Roseno apresentou os dados de homicídios do Ceará no Simpósio Internacional de Criminologia de Estocolmo. Foto: Arquivo CCPHA

Encontro nacional debate estratégias para redução da violência

CONVIDADOS PELA organização do evento, integrantes do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participaram do 11º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sediado em São Paulo, de 17 a 19 de julho. Com o tema “Reforma e Modernização das Instituições Policiais”, a programação do encontro pautou temas como interação violenta com a polícia, violência contra a mulher, racismo e sua relação com a letalidade juvenil e experiências de redução de homicídios em cidades como São Paulo, Recife, Bogotá e Medellín. O relator do Comitê, deputado Renato Roseno, prestigiou a abertura do encontro, e as assessoras técnicas do CCPHA, Lorena Alves e Daniele Negreiros, participaram da programação integral do evento.

Uma das temáticas amplamente discutidas no encontro foi a dificuldade de acesso aos números oficiais sobre a violência no Brasil. De acordo com o pesquisador Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existe uma lacuna de informação principalmente em relação à violência doméstica. Além disso, outra questão pautada no evento foi a ausência de unidade nos levantamentos de homicídios no País, uma vez que a tipificação das mortes, como o homicídio doloso, por exemplo, assume siglas e nomenclaturas distintas nos estados, o que torna esse dado pouco preciso.

Daniel Cerqueira ressaltou a necessidade de mecanismos de governança e da capacitação institucional do governo federal para a área de segurança pública, centrada em três pilares: mudança da polícia tradicional para um modelo que envolva repressão qualificada, investimento em inteligência policial e gerenciamento das informações; programas de prevenção focados em crianças, adolescentes e jovens; e método com base na gerência científica em que os atores políticos locais tenham papel fundamental.

Na avaliação do professor Marcelo Nery, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), é problemática a análise dos homicídios por grandes unidades de área devido à heterogeneidade espaço-temporal. “É importante considerar raça/cor na queda dos homicídios, como também diferenciar homicídio doloso de morte por agressão”, acrescenta o



Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em São Paulo discutiu experiências exitosas de redução de homicídios. Foto: Arquivo CCPHA

pesquisador, que tem estudado o comportamento da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo nos últimos 20 anos.

Marcelo Nery ainda questionou a abordagem violenta da polícia em relação à juventude, principalmente com os jovens negros. “As agências policiais devem ter em consideração a vida em primeiro lugar, inclusive a dos policiais. A abordagem policial sempre deve garantir a vida de todos”, salientou o professor do Núcleo de Estudos da Violência.

A grande circulação de armas de fogo foi apontada por Domingos Paulo Neto, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, como uma preocupação a ser levada em consideração nas políticas de redução da violência letal. “É preciso facilitar o registro de armas, mas dificultar o acesso”, defendeu Domingos.

A evidência nº 10 do relatório elaborado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência indica a estreita relação entre armas de fogo e as mortes de adolescentes. Nesse sentido, o Comitê, em sua décima recomendação, indica ao Governo do Estado implementar um Plano Estadual de Controle de Armas de Fogo e Munições. Às prefeituras municipais cabe criar iniciativas para entregas voluntárias de armas de fogo, enquanto

o Tribunal de Justiça deve garantir o controle de armas de fogo e munições sob custódia do Estado.

A professora Tereza Caldeira, da Universidade da Califórnia/Berkeley, atentou para os padrões de gênero na distribuição da violência. “Quem morre são os homens, quem sofre violência doméstica são as mulheres e quem vivencia violência de rua são LGBTs”, detalha. Para a pesquisadora, o avanço da violência no Brasil deve ser comparado com países do BRICS, no qual o país está inserido ao lado de Rússia, Índia, China e África do Sul. Segundo a professora, esses países vivenciam uma “democracia disjuntiva”, uma vez que ainda não consolidaram uma democracia plena que assegure todos os direitos básicos ao conjunto da população.

Racismo e extermínio da juventude

Na mesa “Juventude, racismo e violência letal no Brasil”, o pesquisador Daniel Cerqueira expôs levantamento apontando que jovens negros têm 23% a mais de chance de morrer no Estado do Rio de Janeiro. “Nossas desigualdades no Brasil são tão significativas que nos fazem ter lugares com taxas equivalentes às da Bélgica e outros lugares que se comparam a Honduras”, explica.

Maria Sylvia de Oliveira, do Geledés Instituto da Mulher Negra, abordou as diversas violências às quais as mulheres negras estão submetidas diariamente, inclusive no sistema de saúde. Ressaltando a invisibilidade dessas mulheres, ela citou artigo publicado no site Geledés que define essa dor. “No fundo, parece que queremos que elas chorem sozinhas. No fundo, nós não queremos ver aquele corpo esfacelado no caixão (dos filhos assassinados). No fundo, sabemos que temos alguma parte nisso”, diz Túlio Custódio no artigo “Sobre mulheres negras e caixões abertos”.

SERVIÇO: www.geledes.org.br

A redução de homicídios na Colômbia

Ariel Ávila, da Fundación Paz & Reconciliación, destacou que a operação para redução de homicídios na Colômbia envolveu trabalho conjunto envolvendo polícia nacional, polícia local e atores locais. Segundo ele, quatro medidas foram fundamentais para a redução da violência letal em Bogotá: sistema de medição dos dados independentemente do Estado (a polícia deve prestar conta com as instituições); política de prevenção de agravos com salário, educação e trabalho no Estado para pessoas do sistema penitenciário; atores locais em articulação com atores nacionais; e microgestão de segurança (não é possível ter uma estratégia única para toda a cidade). Ele destacou que, para a implementação das ações, Bogotá foi dividida em 117 quadrantes.

O trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é para que todas as 126 mil crianças* nascidas no ano de 2016 no Estado do Ceará vivam a infância e adolescência como tempo de desenvolvimento, dignidade e felicidade.

**Dados da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará*

Foto: Marcos Moura



Assembleia Legislativa do Ceará

Mesa Diretora:

Presidente

Zezinho Albuquerque

1º Vice-presidente

Tin Gomes

2º Vice-presidente

Manoel Duca

1º secretário

Audic Mota

2º secretário

João Jaime

3º secretário

Augusta Brito

4º secretário

Robério Monteiro

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Grupo gestor:

Assembleia Legislativa do Ceará

Renato Roseno (deputado estadual)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Rui Rodrigues Aguiar

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA)

Nadja Bortolotti

Pacto por um Ceará Pacífico

Carla da Escóssia e Domenico Abbate

Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA Ceará)

David Araújo

Coordenação da equipe técnica:

Thiago de Holanda

Equipe técnica:

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo e Lorena Alves

Relatório de atividades Cada Vida Importa - 1º semestre/2017

Texto e edição

Lorena Alves

Apoio à produção de texto

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo e Thiago de Holanda

Foto de capa

Davi Pinheiro

Projeto gráfico e diagramação

Miligrama Design

realização:



apoio:

